PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
Amanda Barros Maneschy

**A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO E EXECUÇÃO DOS ENTES ESTRANGEIROS E
SUAS REPERCUSSÕES NO PROCESSO DO TRABALHO**

SÃO PAULO
2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Amanda Barros Maneschy

**A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO E EXECUÇÃO DOS ENTES ESTRANGEIROS E
SUAS REPERCUSSÕES NO PROCESSO DO TRABALHO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de ESPECIALISTA em Direito Material e Processual do Trabalho, sob a orientação do Prof. Werner Keller.

SÃO PAULO

2019

BANCA EXAMINADORA

Aos meus pais, toda minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus, por me abençoar com o privilégio de concluir este trabalho e presentear-me, diariamente, com suas dádivas.

Agradeço também ao meu irmão Victor, que não mais está presente em carne, mas é a fonte da minha inspiração. Obrigada por me fazer querer ser uma pessoa melhor.

Aos meus pais, Ana Cláudia e Manoel, por serem espelhos para toda a vida, exemplos de seres humanos e profissionais.

Agradeço a meu irmão, Caio, por ser meu melhor companheiro e dividir comigo as lutas diárias e por inúmeras vezes ser a minha força. Te amo incondicionalmente.

Agradeço aos meus amigos de turma, Caroline Passos, Denise Haddad, Maira Biet, Renato Alexandre e Thays Gonzalez, por terem me ensinado que juntos é possível dividir as angustias e multiplicar a felicidade. Graças a vocês esse curso fora inesquecível e – um pouquinho mais – brando.

Aos amigos, pela paciência e confiança, sou eternamente grata.

Aos professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que ao longo dessa jornada contribuíram para o meu conhecimento e crescimento pessoal e profissional.

Por fim, agradeço ao professor e orientador Werner Keller, pela oportunidade de dividir seus conhecimentos comigo, sem os quais não seria possível a elaboração desse trabalho.

Não ser ninguém - além - de - você - mesmo
num mundo que está fazendo de tudo, noite e
dia, para transformar você em outra pessoa -
significa travar a batalha mais difícil que
qualquer ser humano pode travar; e nunca
parar de lutar.

(E. E. Cummings).

RESUMO

Propõe-se com o presente trabalho o estudo e reflexão acerca da efetivação dos efeitos da sentença com a satisfação dos créditos de natureza alimentar. Pesquisa realizada sob a perspectiva exploratório-descritiva, utilizando fontes bibliográficas e documentais e com análise qualitativa. As análises conduziram a percepções acerca da imunidade de jurisdição e de execução conferida aos Estados estrangeiros, em especial, qual é o tratamento conferido a elas nos casos de contratação de trabalhadores brasileiros para trabalhar em embaixadas e consulados pertencentes ao Estado acreditante. Hipótese em que o Estado estrangeiro, como empregador, deixa de cumprir com suas obrigações trabalhistas e invoca os institutos da imunidade de jurisdição e de execução para se afastar a obrigação. Foi abordada a evolução do tratamento das imunidades de jurisdição e de execução, levando em consideração que ocorreram mudanças no cenário do direito internacional que pararam a ser tratadas de forma relativa nos casos que envolvam demandas trabalhistas. No caso da imunidade de jurisdição, hoje, prevalece a teoria da relativização quanto aos atos de gestão. Todavia, quanto à questão da imunidade de execução, o tema apresenta-se não pacificado pela doutrina e jurisprudência, de modo que os direitos trabalhistas dos nacionais ficam nesse impasse internacional que precisa ser resolvido, resguardando-se a soberania dos Estados estrangeiros, bem como os direitos humanos dos empregados.

Palavras-chaves: Imunidade de jurisdição. Imunidade de execução. Estados estrangeiros. Relativização. Processo do Trabalho.

ABSTRACT

With the present work it is proposed the study in order to reflect the effects of the judgment to the satisfaction of alimony credits.. Research conducted under the exploratory and descriptive perspective, using bibliographic and documentary sources and with qualitative analysis. The analysis led to perceptions of immunity from legal process given to foreign states, in particular, what is the treatment given to them in cases of hiring Brazilian workers to work in embassies and consulates belonging to the sending State. In which case the foreign state, as an employer fails to comply with its labor obligations and invokes the institutes of the legal process immunity to depart from the obligation. It will be addressed in treatment evolution of jurisdictional immunities and Execution, taking into account that there have been changes in the scenario of international law that led to be treated in relative terms in cases involving labor claims. In the case of immunity of jurisdiction, today, the prevailing theory of relativity regarding the management acts. However, on the question of immunity of execution, the theme is presented not pacified by the doctrine and jurisprudence, so that the labor rights of national are in this international impasse that needs to be solved, protecting up the sovereignty of foreign states, as well as the human rights of employees.

Keywords: Immunity of jurisdiction. Immunity of execution. Foreign states. Relativism. Labor Procedure.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 SOBERANIA E JURISDIÇÃO	13
2.1 Surgimento e evolução histórica do conceito de soberania.....	13
2.2 Evolução histórica da noção de jurisdição	17
2.3 A jurisdição em face da soberania: a relativização do conceito de soberania	21
3 IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO E SUAS RESTRIÇÕES	22
3.1 Conceituação	22
3.2 As imunidades previstas nas Convenções de Viena de 1961 e de 1963.....	24
3.3 Restrições às imunidades.....	28
3.3.1 Renúncia	28
3.3.2 Atos de império e atos de gestão	30
4 IMUNIDADE DE EXECUÇÃO	35
4.1 Posição do Supremo Tribunal Federal	40
4.1.1 ACi nº 9.696 de 1989	40
4.1.2 AI 139.671 AgR-DF de 1995	42
4.1.3 RE nº 222.368-AgR-PE de 2002	43
4.2 Posição do Tribunal Superior do Trabalho	44
4.2.1 AIRR proc. nº 130500-78.2006.5.02.0030	44
4.2.2 ROMS 16100-56.2005.5.10.0000	46
4.2.3 ROMS 1258500-04.2008.5.02.0000	47
4.3 Imunidade de execução como obstáculo à efetividade dos direitos: alternativas para a sua garantia	48
5 CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo a análise da aplicação dos institutos da imunidade de jurisdição e de execução, quando invocadas pelos Estados estrangeiros no âmbito da justiça laboral e o efeito gerado na efetividade dos créditos trabalhistas oriundos dessa relação de emprego, nas ações ajuizadas por empregados brasileiros, contratados no Brasil, para prestar serviços nas embaixadas e consulados situados em nosso território, mas que são considerados invioláveis para assegurar o eficaz desempenho das funções em nome de seus respectivos Estados. Serão utilizados os termos Estado acreditante, para designar o Estado que envia a missão diplomática ou repartição consular, e Estado acreditado, para designar o que as recebe, no que concerne ao trabalho, o Brasil é o Estado acreditado.

Em um primeiro momento, atribuía-se aos Estados imunidades absolutas de jurisdição e de execução. A imunidade absoluta de jurisdição origina-se da norma consuetudinária internacional *in parem non habet iudicium*, que significa que entre os pares não há juiz, em que pares são os Estados soberanos, por estarem em grau de igualdade internacionalmente. Segundo essa premissa, a imunidade de jurisdição visa impedir que um Estado, dotado de soberania, seja submetido à jurisdição de outro contra a sua vontade, tende a condição de parte perante os tribunais nacionais. A imunidade de jurisdição tem como fundamento os princípios da soberania e da igualdade jurídica entre os Estados.

No entanto, nos dias atuais entende-se que é possível a relativização da imunidade de jurisdição, com amparo na diferenciação doutrinária entre atos de império e atos de gestão, uma vez que não é positivada a relativização da imunidade de jurisdição. Atos de império são atos praticados pelos entes de direito público externo, investidos de soberania, caso em que não podem ser submetidos ao direito local. Todavia, quando esses mesmos entes praticam atos de gestão, podem ser submetidos à jurisdição de outro Estado porque os atos se assemelham aos praticados por particulares. A contratação de um empregado brasileiro por Estado estrangeiro para trabalhar nas missões e nas repartições, é considerada como ato de gestão, pois o Estado acreditante está realizando um ato de natureza privada, que não tem relação direta com a soberania, pelo que se deve aplicar a teoria da imunidade de jurisdição relativa nesse caso.

Diante da globalização e das frequentes relações comerciais existentes entre os países, tornou-se frequente a prática de atos de gestão pelo Estado, cabendo referir que a imunidade de jurisdição foi criada em uma época em que havia pouca preocupação com os direitos humanos, com a mudança paradigmática, foi necessário o abrandamento da teoria da

imunidade de jurisdição absoluta, que se fundamenta, também, no novo quadro normativo que se delineou no plano do direito internacional e, também, no direito comparado, uma vez que o costume antes consolidado com origem no aforismo *par in parem non habet iudicium*, foi alterado. Com efeito, na década de 70, vários países mudaram seus entendimentos acerca do caráter absoluto da imunidade de jurisdição, criando leis internas que dispõem ser possível a sua relativização nos casos de práticas decorrentes de atos de gestão. Em 1989, o Supremo Tribunal Federal alterou sua jurisprudência, para aplicar a imunidade de jurisdição relativa.

No processo, a imunidade de jurisdição antecede à imunidade de execução, pelo que só é possível falar em imunidade de execução se a imunidade de jurisdição for relativizada, pois, dessa forma, constituir-se-á o título judicial na primeira fase (fase de conhecimento), permitindo que se passe à fase executória, que consiste na realização de atos de constrição sobre o patrimônio. O termo imunidade de execução não está previsto nas Convenções de Viena Sobre Relações Diplomáticas e Consulares. O fundamento pelo qual é atribuída a imunidade de execução aos Estados é a inviolabilidade dos imóveis e bens afetos às atividades das missões diplomáticas e repartições consulares, excluindo, assim, qualquer possibilidade de que sejam constrictos e garantam o pagamento das condenações.

No entanto, em relação à imunidade de execução há posicionamentos antagônicos sobre a possibilidade, ou não, de abrandamento desta imunidade. Os que defendem não ser possível relativizá-la afirmam que ela deve ser absoluta, em observância à inviolabilidade dos bens previstos nas Convenções de Viena de 1961 e 1963 sobre relações diplomáticas e consulares. Já os que se posicionam de modo contrário, afirmam que não mais subsiste a aplicação da teoria absoluta da imunidade de execução nas situações em que o Estado age como particular, ou seja, exercendo atos de gestão. Ainda na mesma linha de posicionamento, há autores que afirmam que é possível, em mais de um caso flexibilizar, o caráter absoluto dessa imunidade quando o Estado estrangeiro renuncia a ela, de forma expressa e inequívoca. Por fim, mais uma forma de abrandamento defendida diz respeito à execução sobre bens não afetos à função pública do Estado. Portanto, pode-se afirmar que não há consenso na doutrina no que se refere à imunidade de execução.

Nesse contexto, reside a problemática do presente trabalho, uma vez que as imunidades podem significar obstáculos para a efetivação dos direitos trabalhistas discutidos em juízo. O desafio é abrandar a imunidade na fase de execução, pois é objeto de divergência doutrinária e jurisprudencial, mantendo-se de forma quase que absoluta, de modo que não proporciona a efetividade dos direitos trabalhistas reconhecidos, em virtude da dificuldade de se encontrar bens passíveis de execução e pela dificuldade de se prosseguir com o processo

pela via diplomática. Assenta-se, portanto, na possibilidade de aplicação ou não de imunidade de jurisdição e de execução relativizadas aos Estados estrangeiros, nos conflitos de natureza trabalhista, no âmbito do direito internacional.

Como objetivo, esse trabalho busca, em relação à fase de execução, demonstrar a insuficiência da sentença proferida em tais processos, uma vez que esta consiste na insatisfação dos créditos de natureza alimentar, contrariando o disposto em nossa Carga Magna, dado que o trabalho é valor humano e que o crédito trabalhista tem caráter de urgência, representando, muitas vezes, o único meio de sustento do trabalhador e de sua família.

O estudo foi realizado em forma de monografia, sob a perspectiva exploratório-descritiva, cuja finalidade principal de desenvolver e esclarecer conceitos e ideias.

Quanto à natureza dos dados, é qualitativa e, quanto às fontes de informação, bibliográfica e documental. A base do estudo é a revisão da literatura buscando um delineamento analítico acerca do tema.

Os dados e as informações foram coletados através de fontes secundárias, quais sejam: documentos, livros, artigos, legislação nacional e estrangeira pertinente, jurisprudências e demais elementos bibliográficos que tratam do tema, que foram fichados, classificados conforme o subtema, analisados e descritos qualitativamente, fornecendo elementos para a reflexão e a análise necessárias à resposta das questões e ao alcance dos objetivos da pesquisa.

Para conduzir a descrição do estudo de forma coesa e conectada em cada etapa, além desta introdução e das considerações finais, o trabalho foi dividido em três capítulos, que são apresentados a seguir e trazem o resultado de todo o estudo realizado.

O capítulo inicial foi destinado a tratar da evolução histórica dos conceitos de soberania e de jurisdição até os seus entendimentos atuais, vez que sofreram modificações e suas conceituações são de fundamental importância para a compreensão do trabalho.

O capítulo seguinte aborda no que consiste a imunidade de jurisdição e suas possíveis restrições, podendo ser decorrente da vontade expressa do Estado acreditante (aquele que envia o representante), no caso através da renúncia, ou da imposição do Estado acreditado (aquele que recebe o representante), através da distinção entre os atos de império e os atos de gestão.

O último capítulo destina-se à análise da imunidade de execução, no que consiste e se fundamenta e, perquirindo se é considerada relativa ou absoluta para a doutrina, bem como

se discutindo como ela vem sendo decidida pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Espera-se contribuir, assim, de alguma forma para a discussão e para novas reflexões acerca do tema.

2 SOBERANIA E JURISDIÇÃO

Antes de ingressar na questão principal, concernente à possibilidade de relativização das imunidades de jurisdição e de execução trabalhista dos entes de Direito Internacional Público, faz-se necessário estabelecer o desenvolvimento histórico dos conceitos de soberania e da jurisdição, vez que, para chegar ao entendimento atual, mudanças durante a evolução histórica foram fundamentais, sendo essenciais à compreensão do presente trabalho.

2.1 Surgimento e evolução histórica do conceito de soberania

Não há consenso em relação à etimologia da palavra soberania. Há quem afirme que vem do latim *superomnia*, como sendo algo acima de tudo, ou *superanus*, que tem como significado equivalente “superior” ou “aquele que supera”, ou ainda, *supremitas*, significando caráter dos domínios que não dependem senão de Deus.

O principal formulador do conceito de soberania, a partir do vocábulo francês *souveraineté*, foi Jean Bodin, que a define como “o poder absoluto e perpétuo de uma República” (BODIN apud CAVALCANTI, 2014, p. 3).

A evolução do conceito de soberania confunde-se com a evolução do conceito de Estado. Por Estado, entende-se a ordem jurídica soberana que tem por finalidade o bem comum de um povo situado em um determinado território. Nesse conceito, estão presentes os três elementos que a doutrina tradicional afirma caracterizarem o Estado, quais sejam: território, povo e poder, sendo que o poder se manifesta.

No plano interno, a soberania do Estado desenvolveu-se com base na teoria da separação dos poderes, a qual se firma na repartição dos Poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário, de modo que reflete um poder que não se subordina a nenhuma vontade e subordina as demais. Essa subordinação dá-se de maneira justa, pois há limites impostos pelo nosso ordenamento jurídico.

No plano externo, a soberania está organizada de forma horizontal, de modo que não há hierarquia entre os Estados; cada um possui a sua jurisdição, as suas normas de direito interno e não pode submeter o outro, porque os Estados são pares, o que significa que estão em grau de igualdade. A soberania externa encontra fundamento nos princípios da igualdade jurídica dos Estados soberanos, da independência e da soberania, que, juntos, compõem os chamados “três direitos fundamentais dos Estados” (CRIPPA, 2011, p. 35).

Todavia, o conceito de soberania pode sofrer modificações conforme as necessidades dos Estados e da sociedade internacional, isto porque a soberania é fruto de um processo

histórico, de uma construção sócio-político jurídica que foi se moldando com o passar dos séculos. Nesse diapasão, para entender como a soberania é vista nos dias atuais, é necessário fazer um esforço histórico.

A evolução do conceito de soberania está atrelada à evolução do conceito de Estado, como mencionado; em cada forma de organização de poder ao longo da história existiram diferentes maneiras de caracterização da soberania, entretanto, percebe-se, que em todas elas, sempre esteve presente a figura de uma autoridade suprema, ainda que exercida de maneiras distintas. Seguindo esse raciocínio, é possível extrair-se que a forma com que o Estado é organizado define a sua soberania, pois esses conceitos se conectam.

A forma de Estado que concentra o poder nas mãos de uma unidade centralizada é a monarquia.

Antes de haver a concentração de poder nas mãos do monarca, o que havia era a fragmentação de poderes nas mãos dos senhores feudais. O feudalismo tendia à independência, opondo-se à ideia de soberania do Estado. O poder do senhor feudal, chamado de poder real, era singular e alcançava, apenas, os seus domínios.

Se até então o poder se encontrava pulverizado nas mãos dos diversos senhores feudais, bem como sob a influência do Império Romano e, ainda mais decisivamente, da Igreja Católica, a partir daquele momento concentrou-se nas mãos de uma unidade centralizada, baseada na figura de um soberano que passou a exercer um poder supremo no território por ele governado (CAVALCANTI, 2014, p. 4).

Não existia, na Idade Média, um Direito, propriamente, internacional entre as nações estrangeiras, visto que não existia uma lei aplicável a todos; existia, apenas, um direito que se aplicava às relações entre as cidades vizinhas que, em comum, tinham a língua, a religião e a raça e que tinham por finalidade evitar guerras. Portanto, a ideia de soberania era desconhecida na Idade Média.

A partir do final do século XVI e do início do século XVII, segundo Mazzuoli (2013) com os dois Tratados de Westfália (*Tratado de Münster*, assinado por Estados católicos, e *Tratado de Osnabrück*, assinado por protestantes), foram afirmados dois princípios básicos, que passaram a sustentar a relação entre os países europeus: a igualdade formal dos Estados europeus e a exclusão de qualquer outro poder a eles superior (soberania).

[...] então, mais do que colocar fim à Guerra dos Trinta Anos, os tratados de Westfália criaram um “sistema pluralista e secular de uma sociedade de Estados independentes, substituindo, desde então, a ordem providencial e hierarquizada da Idade Média” (MAZZUOLI, 2013, p. 53).

A paz de Westfália, estabelecida através dos Tratados de Westfália, marcou o início do Estado Moderno; nas palavras de Mazzouli (2013, p. 54), “foi um verdadeiro divisor de águas”. Esses tratados marcaram o momento histórico de transição da sociedade medieval, cujo poder era fragmentado, para a sociedade do Estado Moderno, cujo poder é vinculado à noção de soberania e à centralização de poder político.

Nesse momento, a soberania ainda era associada à figura do monarca, conforme definido por Bodin (apud BOBBIO, 1980, p. 96):

Quem é soberano não deve estar sujeito, de modo algum, ao comando de outrem: deve poder promulgar leis para seus súditos, cancelando ou anulando as palavras inúteis dessas leis, substituindo-as – o que não pode fazer quem está sujeito às leis ou a pessoas que lhe imponham seu poder.

Posteriormente, surgiram teorias que transferiram a soberania da figura do monarca para a do povo. A introdução do conceito de soberania popular teve sua origem na “Escola contratualista, de 1650 a 1750, representada por Thomas Hobbes, (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)”, que em sua obra Contrato Social, denominou-a de república. “[...] para Rousseau, a soberania reside unicamente no povo, no coletivo que exprime a vontade geral; portanto, para ele só há uma forma de Estado: a que se fundamenta na soberania popular, e que chama de república” (BOBBIO, 1980, p. 100).

De acordo com os filósofos contratualistas, o soberano é o povo, entendido como vontade geral ou coletiva. Os indivíduos, através do contrato social, renunciam à liberdade natural e à propriedade de bens, e concordam em a transferir a um terceiro – o soberano. O contrato social, portanto, funda a soberania. O povo transfere os direitos naturais para que sejam transformados em direitos civis. Desse modo, o governante não é o soberano, mas o representante da soberania popular (BOBBIO, 1980).

Então, com a introdução do conceito de soberania popular, o poder, antes conferido ao monarca, passa a ser relacionado ao povo. A soberania, portanto, continuaria existindo, mas, agora, respeitando os anseios da coletividade, e não mais os do monarca.

Ocorreu, assim, a transição do absolutismo para o liberalismo, como consequência da Revolução Francesa de 1789, a qual destruiu os fundamentos do poder real e instaurou a soberania popular.

Posteriormente, instaurou-se um regime imperial, no qual a Europa foi conquistada, com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, no chamado golpe “Dezoito Brumário”, quando, temerosos acerca dos rumos da revolução, os membros da alta burguesia colocaram o jovem general à frente da nação, o que pôs fim, temporariamente, ao sistema de equilíbrio de

poder, implantado com a paz de Westfália. Contudo, o bloqueio continental, imposto por Napoleão, mostrou-se desastroso, provocando uma crise econômica, em razão do que foi destituído do poder (MAZZUOLI, 2013).

Com a queda de Napoleão, o equilíbrio foi restaurado. O Congresso de Viena, de 1815, que teve como objetivo reorganizar as fronteiras europeias, alteradas pelas conquistas de Napoleão e restaurar a ordem absolutista do Antigo Regime, foi responsável por fazer o poder voltar ao *status quo*, isto é, reconstruindo-se as monarquias absolutistas, pois se temia uma nova revolução ante a instabilidade política da Europa.

O Congresso de Viena foi considerado um grande marco para o Direito Internacional, segundo Mazzuoli (2013, p. 55)

O Congresso de Viena (1815) foi, depois dos Tratados de Westfália, o segundo grande marco do Direito Internacional e das relações internacionais. O Congresso marcou o fim das guerras napoleônicas e estabeleceu um novo sistema multilateral de cooperação política e econômica na Europa, além de ter agregado novos princípios do Direito Internacional, como a proibição do tráfico de negros, a liberdade irrestrita de navegação nos rios internacionais da região e as primeiras regras do protocolo diplomático.

Todavia, fez-se necessário rever o conceito de soberania, como entendido até então, pois um país era reconhecido como soberano se tivesse poderio militar, isto é, se tivesse grande poder bélico. Os países do Velho Mundo (países dos continentes Europeu, Africano e Asiático) não reconheciam os países do Novo Mundo (países das Américas), como soberanos, porque era possível serem colonizados em face à ausência de defesa bélica.

Acontece que, os países que não eram reconhecidos como soberanos, começaram a crescer em quantidade, de modo que foi necessário resolver esse problema. Foi na II Conferência de Haia que foi apresentado o princípio da igualdade soberana, através do discurso sobre a igualdade dos Estados, realizado por Ruy Barbosa, representante brasileiro na Convenção, que garantiu a rejeição ao reconhecimento de uma hierarquia entre as nações independentes nos tribunais.

A concepção de soberania, ao ser vinculada ao princípio da igualdade soberana apresentado, pretendia desvinculá-la da ideia de maior poderio bélico; no entanto, os países mais fortemente armados continuaram a exercer influência sobre os demais, pelo que eclodiu a Primeira Guerra Mundial, em 1914, que, na prática, demonstrou que a igualdade soberana era restrita a alguns poucos países, os quais possuíam poder para determinar as regras do jogo. Terminada a Guerra, houve a primeira tentativa para a construção de uma organização

mundial de estados, que protegesse todos eles, através da sociedade das Nações. Essa tentativa fracassou e, posteriormente, ocorreu a Segunda Guerra Mundial

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, foi criada, em 1945, a Organização das Nações Unidas – ONU, que tem por objetivo a manutenção da paz e de segurança nacional. A ONU tem poderes de intervenção para a restauração da paz e para a prevenção de conflitos. A Carta da ONU inseriu o princípio da autodeterminação dos povos, no âmbito do direito internacional e diplomático, que garante a todo país o direito de se autogovernar, isto é, o direito à soberania, entendido como o que cada país tem de escolher como será o seu direito interno, sem intervenção externa (BOBBIO, 1980).

Nesse contexto, de acordo com Cavalcanti (2014, p. 4):

[...] o conceito de soberania adquiriu novas feições, sendo introduzido de forma a efetivar os interesses nas Nações Unidas. Foi, então, reconhecido o princípio da igualdade soberana, sendo este um dos princípios fundamentais do sistema da ONU. Aliado a isso, o princípio da não intervenção teve, do mesmo modo, menção expressa, tornando-se, juntamente com o princípio da igualdade soberana, os dois pilares de sustentação do vigente sistema).

Desta forma, percebe-se que a noção de soberania era entendida de acordo com a definição da doutrina clássica, que a concebia como um poder absoluto do Estado em âmbito interno, o qual subordinaria a todos que se vinculassem ao seu território, enquanto que, no âmbito externo garantia um poder em grau de igualdade com os demais Estados, em mesmo nível hierárquico, de modo que um país não se submeteria à jurisdição do outro.

Ocorre que a concepção clássica de soberania, entendida como absoluta, perdeu espaço para uma concepção relativa, que leva em consideração os interesses da comunidade internacional, principalmente, com a consagração do princípio da dignidade da pessoa humana que deve ser protegido nas relações entre os países e das relações de cada país com todos os indivíduos, independentemente de ser pertencente àquele país ou não.

2.2 Evolução histórica da noção de jurisdição

Não há consenso na doutrina acerca do conceito de jurisdição, contudo, é possível destacar os mais importantes, como o formulado por Chiovenda (1872-1937), que a define como:

Função do Estado que tem por escopo a atuação da vontade concreta da lei por meio da substituição, pela atividade de órgãos públicos, da atividade de particulares ou de outros órgãos públicos, já no afirmar a existência da vontade da lei, já no torná-la, praticamente, efetiva (CHIOVENDA apud CÂMARA, 2014, p. 66).

Deste conceito, extrai-se que a lei em abstrato é aplicada ao caso concreto, tornando-se, então, efetiva, e que o Estado, por meio da jurisdição, tem a função de aplicar a lei de forma objetiva, limitando-se ao que, formalmente, está no seu texto. O caráter substitutivo, mencionado por Chiovenda, significa dizer que a função jurisdicional exercida pelo Estado substitui a atividade das partes.

Outra definição é a de Carnelutti (apud CÂMARA, 2014 p. 68), que defende ter a jurisdição a função de busca da “justa composição da lide”. Carnelutti constrói esta definição em torno do conceito de lide, como “o conflito de interesses qualificado por uma pretensão resistida”. Entende que lide é um conflito de interesses em que uma parte manifesta a pretensão e a outra, oferece resistência a esta pretensão, de modo que a jurisdição está atrelada à lide, ou melhor, a jurisdição seria a função de buscar a composição de lides.

Há, claro, muitas outras definições de jurisdição, entretanto, Câmara (2014, p. 67) considera mais importante, as de Chiovenda e Carnelutti, ainda que consideradas antagônicas, de modo que os doutrinadores brasileiros atuais as utilizam de forma complementar, unindo-as. O resultado é a seguinte definição de jurisdição: “função do Estado de atuar a vontade concreta da lei com o fim de obter a justa composição da lide”.

A análise etimológica da palavra jurisdição permite que se conclua que deriva do latim *iuris dictio* que significa “dizer o direito”; entretanto, apenas dizer o direito está incompleto, é necessário efetivar o direito dito. O Estado declara o direito, mas também o efetiva, como no caso de execução de créditos, de modo que, a origem da palavra acabou por se distanciar do que, hoje, significa jurisdição (BUENO, 2007).

Um conceito de jurisdição que abrange todos os pontos que foram destacados é o de Câmara (2014, p. 69), que a define como “[...] a função do Estado de atuar a vontade concreta do direito objetivo, seja afirmando-a, seja realizando-a praticamente, seja assegurando a efetividade de sua afirmação ou de sua realização prática”.

Para que possamos compreender melhor como chegaram à definição atual de jurisdição, faz-se necessário analisar o processo evolutivo da noção de jurisdição, pois, com o passar do tempo e com as mudanças na organização da sociedade, foram surgindo noções diferentes.

Para que se chegasse à compreensão atual de jurisdição, fez-se necessário aprimorar os métodos de resolução de litígios desenvolvidos durante a evolução da sociedade, de modo que as mudanças ocorreram de forma progressiva e contínua.

Remotamente, nos primórdios da civilização, não existia a figura do Estado como efetivo organizador social e político, logo, o papel jurisdicional não existia. Os homens

resolviam seus conflitos mediante o emprego de violência física ou psíquica, de modo que o mais forte tinha superioridade sobre o mais fraco. Prevalencia, portanto, o uso da força de quem pretendesse algo em face de outrem.

Essa forma de solução de conflitos é denominada “autotutela” ou “autodefesa”. É considerada a mais primitiva de todas, pois realizada somente pelas partes que estão em conflito, mediante o uso da força. Não se alcançava justiça, e a consequência era a imposição de uma vontade sobre a outra, de forma precária.

No nosso ordenamento jurídico, ainda há resquícios da autotutela, apesar de não como era usada antigamente, como a legítima defesa, o estado de necessidade e a greve.

[...] É bem verdade que ainda se verifica alguns resquícios de autotutela na contemporaneidade, mas não menos verdade é que tais situações representam exceções que apenas confirmam a regra geral e são autorizadas em caráter excepcionalíssimo, normalmente diante de situações em que não se pode esperar uma resposta tempestiva do Estado, a exemplo da legítima defesa e do estado de necessidade, ou quando surge como instrumento de pressão legitimado pelo ordenamento jurídico diante da natural hipossuficiência de um dos polos da relação, de maneira a se alcançar, com tal medida, uma composição, seja pelas próprias partes, seja pelo Estado, como é o caso da greve (CAVALCANTI, 2014, p. 7).

Em seguida, evoluiu-se para uma outra modalidade de solução de conflitos, a denominada autocomposição, que não mais utilizava a força; as partes buscavam, de forma pacífica, a solução dos conflitos. A autocomposição originou-se, assim como a autotutela, nos primórdios, contudo, é presente até hoje em nossa sociedade e, cada vez mais está ganhando espaço maior, pois o seu principal fundamento é a vontade das partes, que se ajustam para a solução do conflito.

A autocomposição representa o meio mais democrático de resolução de conflitos, pois prestigia a vontade dos próprios titulares do direito em questão. Entende-se, como espécies da autocomposição: desistência (renúncia à pretensão), submissão (renúncia à resistência oferecida à pretensão) ou transação (concessões recíprocas) (CAVALCANTI, 2014).

Aos poucos, foi-se percebendo que essa modalidade não permitia que se fizesse, plenamente, justiça, pois não garantia o que, realmente, era devido a cada uma das partes, pelo que a sociedade sentiu necessidade de escolher um terceiro para mediar a demanda. Assim, surgiu a terceira modalidade de solução de conflitos, a jurisdição, no entanto, ainda não era compreendida como entendemos hoje.

Iniciou-se com a arbitragem facultativa, em que as partes compareciam perante um pretor (órgão do Estado) e se comprometiam a aceitar o que viesse a ser decidido. Em seguida, escolhiam um árbitro de sua confiança que teria a função de decidir a lide. O árbitro decidia fundamentado nos costumes, ou seja, naquilo que era considerado como padrão pela sociedade, a ponto de se dizer que o juiz surgiu antes do legislador. Depois, veio a arbitragem obrigatória, em que a competência para a nomeação do árbitro era conferida às partes, cabendo ao magistrado, apenas, a concessão do poder a ele para decidir a lide.

Após essa fase, que caracterizou os períodos arcaicos e clássicos, com a evolução da civilização, o Estado sentiu a necessidade de atrair para si a solução dos conflitos de interesses, surgindo, então, a jurisdição como a conhecemos, pois foi ganhando espaço na sociedade, de modo que, hoje, é possível dizer que é a forma legítima e soberana de pacificação social.

Uma característica da jurisdição é a substitutividade, uma vez que o juiz substitui as vontades das partes, superando a autotutela e a autocomposição, que decorrem da vontade de uma das partes ou das duas. O Estado, naquele momento, passou a realizar a justiça pública em substituição à justiça privada.

A jurisdição não envolve somente os direitos individuais ou coletivos; há mais do que isso, vez que o poder estatal possui três escopos: social, jurídico e político.

O escopo social significa que a resolução do conflito posto em sociedade deve ser justa. O Estado deve pacificar o conflito de forma justa, o que tem uma dupla finalidade: educar a sociedade, no que diz respeito às condutas permitidas ou não, para não afetar o campo de direito de outra pessoa, e informar, ambos, tanto quem teve seu direito violado, que saberá que pode buscar a tutela jurisdicional para a solução, como quem violou o direito do próximo, que devia respeitar e saberá que serão cabíveis punições em face à violação (CÂMARA, 2014).

O segundo escopo é o jurídico, característica fundamental da jurisdição, que diz respeito à aplicação da lei pelo juiz ao caso concreto, de modo a alcançar a solução mais justa para o conflito (CÂMARA, 2014).

O terceiro escopo é o político, que representa a afirmação do poder estatal e incentiva a participação democrática, podendo se dar através de ação popular e das ações coletivas, dentre outras, além de preservar as liberdades públicas por meio das ações constitucionais, como *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de segurança (CÂMARA, 2014).

2.3 A jurisdição em face da soberania: a relativização do conceito de soberania

A análise procedida até aqui permite concluir que os conceitos de jurisdição e de soberania são indissociáveis, pois o Estado soberano precisa da jurisdição para afirmar seu poder, da mesma forma que a jurisdição só existe com o exercício da soberania do Estado.

A afirmação do poder estatal diz respeito ao escopo político abordado anteriormente. O Estado, para se sustentar, precisa ter seu poder reconhecido pela sociedade, sob pena de não conseguir impor condutas aos jurisdicionados. Nota-se, portanto, que os três escopos estão interligados. Ao afirmar o seu poder, o Estado garante meios necessários para alcançar os demais escopos – jurídico e político.

A imposição de condutas ocorre através da força do Estado, necessária para manter a estrutura soberana. O ordenamento jurídico regula as ações dos indivíduos, criando limitações para as condutas, de modo que, se um indivíduo ultrapassar esse limite, invade o campo de direito de outro.

Aquele que tem o seu direito violado tem como pretensão a busca da tutela jurisdicional do Estado

Essa manifestação do poder estatal, pois, representa a atuação da vontade da norma sobre os indivíduos e se apresenta como uma das formas de manifestação da soberania do Estado, que, assim, mantém a ordem interna e exclui do seu âmbito de atuação a ingerência de qualquer outro Estado ou força externa (CAVALCANTI, 2014, p. 9).

Um ponto importante é que a jurisdição adere ao território do Estado soberano, enquanto a soberania se estende por todo o território desse determinado Estado, de modo que a lei se aplica, igualmente, para o povo que o compõe, em função do princípio da igualdade. No âmbito do direito interno, é assim que se organiza a soberania.

Já no âmbito do direito externo, as soberanias dos Estados excluem-se mutuamente, de modo que cada Estado deve se ater ao limite da sua jurisdição, não podendo ir além do seu direito, já que “na ordem jurisdicional, os Estados não são jurisdicionáveis” (CAVALCANTI, 2014, p. 11)

Destarte, novos contornos acerca da limitação da soberania e da jurisdição no Direito Internacional Público estão sendo delineados, de forma que não mais é correto afirmar que têm caráter absoluto. A relativização desses limites está cada vez mais presente em determinadas situações, o que é de extrema relevância para o desenvolvimento do presente trabalho, em que se busca discutir a imunidade de jurisdição.

3 IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO E SUAS RESTRIÇÕES

A imunidade de jurisdição é decorrente da soberania conferida aos Estados estrangeiros, para que, não sejam submetidos à jurisdição de outro país senão o seu, conforme previsto nas Convenções de Viena de 1961 (sobre relações diplomáticas) e de 1963 (sobre relações consulares). No entanto, a teoria clássica, que lhe atribuía caráter absoluto, não prevalece mais, pois, diante da globalização e das relações comerciais existentes entre os países, tornou-se frequente a prática de atos de gestão pelo Estado, bem como pelo fato de que a imunidade de jurisdição foi criada em uma época em que havia pouca preocupação com os direitos humanos, o que, com a mudança de paradigma, fez com que a teoria absoluta da imunidade de jurisdição passasse a ser relativizada.

Nesse capítulo, será abordado no que consiste a imunidade de jurisdição, bem como suas possíveis restrições, podendo ser decorrente da vontade expressa do Estado acreditante (aquele que envia o representante) ou ser decorrente da imposição do Estado acreditado (aquele que recebe o representante), através da distinção entre os atos de império e os atos de gestão.

3.1 Conceituação

Feitas considerações a respeito das noções de soberania e jurisdição, chega-se à conclusão de que o Estado, em seu domínio interno, tem autoridade para impor sua jurisdição a todos que estejam em seu território, portanto, estão sob o seu direito. Nesse diapasão, o Estado em seu território é soberano e submete o povo ao seu direito.

Todavia, quando um Estado atua em limites territoriais além dos seus, ocorrem mudanças, sendo que este tipo de atuação tem aumentado com a maior interação entre os Estados em âmbito internacional. Com efeito:

Ao se analisar a evolução do Direito Internacional, observa-se que o estreitamento das relações internacionais tem delineado um sistema internacional mais integrado, mais cooperativo. Esses movimentos que têm levado à crescente integração do sistema internacional, também chamados de movimentos *globalizantes*, têm imposto novas formas de relacionamento aos sujeitos internacionais. Nesse contexto, cada vez mais, o Direito internacional vai se tornando, ao mesmo tempo, um elemento de coesão e de tensão nas relações entre os sujeitos internacionais. É um elemento de coesão, à medida que vai conseguindo estabelecer a cooperação entre os atores internacionais e o equilíbrio do sistema internacional. Essa coesão implica a harmonização das duas ordens, interna e externa. Por outro lado, pode ocorrer, inversamente ao cenário de estabilidade, uma contradição de interesses entre as duas ordens, a estatal e a internacional; no caso do Direito

Internacional, das duas ordens jurídicas, a interna e a externa (ARIOSI, 2004, p. 1, grifo nosso).

O aumento da interação entre os Estados, aliado à necessidade de cooperação entre eles, tem, como resultado, a possibilidade de atuação estatal nos limites territoriais de outro Estado, através de pessoas aptas a exercer a diplomacia, que irão representar o Estado acreditante perante o Estado acreditado.

As funções da missão diplomática, previstas no artigo 3º da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas de 1961, consistem em: representar o Estado acreditante perante o Estado acreditado, proteger, no Estado acreditado, os interesses do Estado acreditante e de seus nacionais, dentro dos limites permitidos pelo direito internacional, negociar com o Governo do Estado acreditado, inteirar-se por todos os meios lícitos das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditado e informar a esse respeito o Governo do Estado acreditante e promover relações amistosas e desenvolver as relações econômicas, culturais e científicas entre o Estado acreditante e o Estado acreditado (ARIOSI, 2004).

As relações internacionais travadas entre os Estados, em regra, são de competência do chefe de Estado. No caso do Brasil, que é uma República Federativa, em que o chefe de Estado é o Presidente da República, é exercida pelo Ministro das Relações Exteriores, que ocupa cargo no Ministério das Relações Exteriores, também conhecido como Itamaraty. Contudo, é preciso que o Estado estrangeiro atribua poderes a pessoas capazes de praticar atos em seu nome, de modo que os privilégios e as imunidades são estendidos para essas pessoas; que são os agentes diplomatas e os consulares (MAZZUOLI, 2014).

Para poder realizar suas atividades, os diplomatas e os cônsules, assim como os bens utilizados na missão diplomática, possuem privilégios e imunidades, estabelecidas nas Convenções de Viena sobre relações diplomáticas (1961) e consulares (1963), ambas ratificadas pelo Brasil e em vigor entre nós. Os locais da missão são fisicamente invioláveis, cabendo destacar que as Convenções de Viena não estabelecem imunidades, explicitamente, para o Estado estrangeiro, e, sim, às pessoas (diplomatas e cônsules) e aos bens da missão diplomática.

De acordo com Rezek (*apud* MAZZUOLI, 2014, p. 528), o motivo de haver duas Convenções está relacionado ao fato de:

[...] o diplomata representar o Estado de origem sujeito à soberania local, bem como em relação ao trato bilateral dos *assuntos de Estado*, ao passo que o cônsul representa o Estado de origem para o fim de cuidar, no território onde se encontra, de *interesses privados* (interesses dos seus compatriotas que ali se encontram a qualquer título, e os de elementos locais que

tencionem, por exemplo, visitar aquele país, de lá importar bens, ou para lá exportar.

Diante do fato que, no Brasil, as carreiras dos diplomatas e cônsules são unificadas, isto é, o ingresso mediante concurso público e curso preparatório no Instituto Rio Branco, habilita-os a exercer ambas as funções, de modo que a função que exercer, irá determinar os privilégios e as imunidades que são lhes conferidos, visto que, os privilégios e imunidades dos cônsules são mais restritos que as do diplomata.

O Estado, como pessoa jurídica de direito público internacional possui uma imunidade denominada imunidade de jurisdição, que, como mencionado, deriva da norma consuetudinária internacional que se consolidou no século XIX, chamada *in parem non habet iudicium*, que significa que, entre os pares, ou seja, os Estados soberanos, não há juiz. Desta forma, a imunidade de jurisdição visa a impedir que um Estado seja submetido a figurar como parte perante um tribunal de outro Estado contra a sua vontade (ARIOSI, 2004).

Apesar de não estar previsto em tratados, convenções ou na Constituição da República, esse princípio é assegurado por força de norma consuetudinária, diante do fato de que o costume é uma das fontes do direito. Uma vez reconhecida pelo direito internacional consuetudinário, em tópico apropriado, discutir-se-á se tal imunidade tem caráter absoluto e qual o atual entendimento da doutrina e da jurisprudência a esse respeito.

Conforme já dito alhures, as imunidades conferidas aos diplomatas e aos cônsules garantem a atuação desses agentes no país acreditado, encontrando-se listada nas Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares de 1961 e 1963, respectivamente.

No próximo tópico, buscar-se-á aprofundar a análise sobre os privilégios e as imunidades conferidas aos agentes do Estado acreditante.

3.2 As imunidades previstas nas Convenções de Viena de 1961 e de 1963

A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (CRVD) é um acordo internacional firmado na Conferência das Nações Unidas sobre Relações e Imunidades Diplomáticas que aconteceu em Viena, Áustria, tendo sido assinada em 18 de abril de 1961.

A CVRD de 1961 constituiu um dos mais bem-sucedidos exemplos de codificação para o Direito Internacional. Um dos fatores que contribuíram para isso, foi o fato de o direito costumeiro pré-existente corresponder à Convenção, a qual atingiu um elevado grau de consolidação, uma vez que as regras codificadas não provocaram grandes debates, pois decorriam de práticas internacionais consagradas. Desde os tempos remotos, os Estados têm

reconhecido a condição dos agentes diplomáticos. Hoje, quase a totalidade dos Estados é parte da referida Convenção, que conta com cerca de 150 participantes (TORRES, 2012).

A codificação do Direito Internacional tem grande relevância porque visa a pacificar o costume a ser aplicado e passa a ter força obrigatória, de modo que seja observada pelos países que ratificarem a Convenção. Concretiza-se por conta de um princípio-base do Direito Civil e Internacional, o *pacta sunt servanda*, consoante qual “os pactos devem ser respeitados”. Esse princípio legitima os Estados a exigirem e invocarem o respeito à convenção, bem como ao cumprimento do que fora acordado. O não-cumprimento implica no rompimento do que fora pactuado (TORRES, 2012).

O costume, que já fora considerado uma fonte muito importante do Direito Internacional, perdeu destaque diante do fato de que o mundo em que vivemos sofre mudanças constantes, de modo que há necessidade de se buscar um processo mais rápido de consolidação de uma regra. O costume surgia de maneira devagar, ocorrendo sua consolidação quando uma determinada situação se tornava uniforme, estável e utilizada por todos ou pela maioria. Uma prática seria considerada costume depois de muito tempo, sendo certo que, a nova comunidade internacional necessita de um processo mais rápido, pelo que se buscou o processo de codificação.

Além disso, quando da codificação do Direito Internacional, com a Convenção de Viena de 1961, por mais que não fosse controverso o que era considerado costume em âmbito internacional, foi necessário precisar a regra. A codificação nunca é, apenas, a declaração do Direito consuetudinário; seu objetivo vai além da mera transcrição de uma prática em lei, pois transforma práticas baseadas no mero costume em regras de direito, que devem ser precisas.

O objetivo dessa Convenção foi o de determinar os privilégios e as imunidades que os agentes diplomáticos possuem quando estão em atuação em território estrangeiro. O estabelecimento de imunidades e privilégios contribui para o desenvolvimento de relações estatais amistosas. É importante frisar que, a garantia de privilégios e imunidades, não busca beneficiar os indivíduos, e, sim, assegurar a eficácia das missões diplomáticas realizadas pelos representantes enviados pelos Estados (TORRES, 2012, p. 83).

Embora a permissão para o estabelecimento da missão diplomática de um determinado Estado dependa do país aonde a missão irá se situar, de acordo com o disposto no artigo 2º da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas: “O estabelecimento de relações diplomáticas entre Estados e o envio de missões diplomáticas permanentes efetua-se por consentimento mútuo” (BRASIL, 1965). Desse modo, a partir do momento em que a

nação aceita que, em seu território, seja estabelecida a missão diplomática de um país, fica submetido às normas impostas pela Convenção.

A imunidade de jurisdição, de acordo com o artigo 31 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, implica *in verbis*:

1. O agente diplomático gozará de imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado. Gozará também da imunidade de jurisdição civil e administrativa, a não ser que se trate de: a) uma ação real sobre imóvel privado situado no território do Estado acreditado, salvo se o agente diplomático o possuir por conta do Estado acreditado para os fins da missão. b) uma ação sucessória na qual o agente diplomático figure, a título privado e não em nome do Estado, como executor testamentário, administrador, herdeiro ou legatário. c) uma ação referente a qualquer profissão liberal ou atividade comercial exercida pelo agente diplomático no Estado acreditado fora de suas funções oficiais. 2. O agente diplomático não é obrigado a prestar depoimento como testemunha. 3. O agente diplomático não está sujeito a nenhuma medida de execução a não ser nos casos previstos nas alíneas " a ", " b " e " c " do parágrafo 1 deste artigo e desde que a execução possa realizar-se sem afetar a inviolabilidade de sua pessoa ou residência. 4. A imunidade de jurisdição de um agente diplomático no Estado acreditado não o isenta da jurisdição do Estado acreditante (BRASIL, 1965).

O artigo 31 da Convenção de 1961 estabelece imunidade de jurisdição aos agentes diplomáticos nas ordens penal, civil e administrativa, salvo se for interesse privado, mas nada prevê quanto à imunidade de entes estatais. Contudo, parece inegável que, de forma indireta, as imunidades foram concedidas aos Estados, visto que a finalidade de tais privilégios e imunidades não é beneficiar os indivíduos delas detentores, e sim, de assegurar a missão diplomática em nome de seu respectivo Estado, de sorte que, o principal interessado, o seu titular, é o Estado acreditante.

Por sua vez, o artigo 22 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas estabelece que: “Os locais da Missão, em mobiliário e demais bens neles situados, assim como os meios de transporte da Missão, não poderão ser objeto de busca, requisição, embargo ou medida de execução”. Diante dessa inviolabilidade conferida aos bens móveis e imóveis destinados à missão diplomática, confirma-se que as inviolabilidades são concedidas no interesse do Estado estrangeiro, e não só em relação aos agentes diplomáticos (TORRES, 2012, p. 83). Desta forma, depreende-se que não disciplina a “imunidade de execução”, assegurando, tão somente, a garantia de inviolabilidade dos bens pertencentes à missão diplomática, o que é de suma relevância para o objeto desse estudo e que será aprofundado mais adiante (TORRES, 2012).

A Convenção de Viena sobre Relações Consulares foi celebrada em 24 de abril de 1963, entrando em vigor, no plano internacional, em 19 de março de 1967, dispondo sobre

relações, privilégios e imunidades consulares, tendo, como fonte escrita, que lhe serviu de base, a Convenção de Viena de 1961, a qual, como já dito alhures, foi a primeira grande codificação do Direito Internacional, que consolidou práticas consulares que se desenvolveram por meio do Direito Internacional consuetudinário.

A Convenção de Viena sobre Relações Consulares possui muitas semelhanças com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, na medida em que ambas conferem privilégios e imunidades cuja intenção não é beneficiar os indivíduos, no caso da primeira Convenção, os agentes diplomáticos e o da segunda, os agentes consulares. Ambas buscam conferir tais privilégios e imunidades para assegurar o eficaz desempenho das funções em nome de seus respectivos Estados.

Acerca das imunidades, dispõe a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, em seu artigo 43, *in verbis*:

1. Os funcionários consulares e os empregados consulares não estão sujeitos à Jurisdição das autoridades judiciárias e administrativas do Estado receptor pelos atos realizados no exercício das funções consulares. 2. As disposições do parágrafo 1 do presente artigo não se aplicarão, entretanto no caso de ação civil: a) que resulte de contrato que o funcionário ou empregado consular não tiver realizado implícita ou explícitamente como agente do Estado que envia; ou b) que seja proposta por terceiro como consequência de danos causados por acidente de veículo, navio ou aeronave, ocorrido no Estado receptor (BRASIL, 1967).

Percebe-se, então, uma pequena diferença na atuação dos agentes consulares em relação aos agentes diplomáticos acima mencionados, a saber, os privilégios e as imunidades dos agentes consulares são menos amplos, alcançando-os somente quando se encontrarem no exercício de suas funções consulares, enquanto que os agentes diplomáticos possuem imunidade de jurisdição, regra geral, em relação a todos os atos por eles praticados. Outra diferença é concernente à extensão das imunidades ao pessoal de serviço, que atinge o pessoal de serviço da missão diplomática quanto aos atos praticados no exercício de suas funções, enquanto que, para o pessoal de serviço da Repartição Consular, as imunidades não se estendem, ainda que no exercício das funções.

Nesse sentido, os agentes diplomáticos, para representarem os interesses do Estado acreditante e, os agentes consulares, para protegerem os interesses de seus nacionais, precisam de uma ressalva, que tem a finalidade de assegurar o eficaz desempenho de suas funções, o que não significa, no entanto, que possam usá-la como forma de legitimar o descumprimento a toda e qualquer regra do Estado acreditado. A imunidade conferida é no tocante a evitar

ingerências indevidas pelo Estado acreditado quando este, de algum modo, interfere nas funções realizadas pelos agentes representantes do Estado acreditante.

3.3 Restrições às imunidades

Ocorre que as imunidades conferidas não são absolutas, sendo passíveis de restrições, conforme será abordado, podendo ser através de renúncia pelo Estado estrangeiro ou através da distinção de atos de império ou atos de gestão.

3.3.1 Renúncia

Quanto à renúncia à imunidade, as Convenções dispõem que somente devem ser feitas, de forma expressa, pelo Estado acreditante, mesmo em se tratando de imunidade pessoal, conforme os artigos 32 e 45, respectivamente, da Convenção de 1961 e da Convenção de 1963, *in verbis*:

Artigo 32: 1. O Estado acreditante pode renunciar à imunidade de jurisdição dos seus agentes diplomáticos e das pessoas que gozam de imunidade nos termos do artigo 37. 2. A renúncia será sempre expressa. 3. Se um agente diplomático ou uma pessoa que goza de imunidade de jurisdição nos termos do artigo 37 inicia uma ação judicial, não lhe será permitido invocar a imunidade de jurisdição no tocante a uma reconvenção ligada à ação principal. 4. A renúncia à imunidade de jurisdição no tocante às ações civis ou administrativas não implica renúncia a imunidade quanto as medidas de execução da sentença, para as quais nova renúncia é necessária (BRASIL, 1965).

Artigo 45: 1. O Estado que envia poderá renunciar, com relação a um membro da repartição consular, aos privilégios e imunidades previstos nos artigos 41, 43 e 44. 2. A renúncia será sempre expressa, exceto no caso do disposto no parágrafo 3 do presente artigo, e deve ser comunicada por escrito ao Estado receptor. 3. Se um funcionário consular, ou empregado consular, propor ação judicial sobre matéria de que goze de imunidade de jurisdição de acordo com o disposto no artigo 43, não poderá alegar esta imunidade com relação a qualquer pedido de reconvenção diretamente ligado à demanda principal. 4. A renúncia à imunidade de jurisdição quanto a ações civis ou administrativas não implicará na renúncia à imunidade quanto a medidas de execução de sentença, para as quais nova renúncia será necessária (BRASIL, 1967).

Eventual renúncia, manifestada por agente diplomático sem expressa autorização do Estado acreditante, não produz qualquer efeito, porque a imunidade é conferida no interesse do Estado acreditante, a fim de que o agente diplomático possa representá-lo.

Nesse diapasão, a renúncia à imunidade cabe ao Estado, e não ao agente que o representa.

A corroborar o exposto acima, insta transcrever o entendimento de Franco Filho (1986, p. 20, destaque do autor), que preleciona:

[...] o Estado acreditante, aquele que envia o representante, pode renunciar à imunidade, mas só o Estado, porque o privilégio não é do seu representante, mas do Estado, e por causa dele Estado, e para ele, Estado, logo, só ele é que pode renunciar. O que se tem, então, é que o agente diplomático ou o funcionário consular tem o direito de gozar de imunidade, que é privilégio do Estado que envia, para cumprir bem a missão que ele Estado atribuiu a seu representante. Renúncia, se houver, só aquela que o Estado estrangeiro manifestar **sponte sua**.

Entretanto, a renúncia pode se dar de forma tácita, conforme previsto nos artigos 32 § 3º e 45 § 3º, respectivamente, das Convenções sobre Relações Diplomáticas (1961) e sobre Relações Consulares (1963). Ambas as Convenções preveem a renúncia tácita relativa à reconvenção, isto é, se um agente diplomata ou consular propuser uma ação judicial sobre matéria que goze de imunidade de jurisdição, por exemplo, se instaurar um inquérito para apuração de falta grave de seu empregado, se houver eventual pedido de reconvenção diretamente ligado à demanda principal feito pelo réu da ação, não poderá o autor alegar imunidade de jurisdição no concernente a este pedido de reconvenção, uma vez que houve, diante dessa situação, renúncia tácita à imunidade de jurisdição no momento em que o Estado propôs a ação no foro do Estado acreditado.

Para Franco Filho (1986, p. 55), pode ser tácita a renúncia, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o Estado propõe ação perante tribunal estrangeiro;
- b) quando o agente exerce atos de comércio e/ou indústria, em nome próprio no território estrangeiro;
- c) quando o agente possui, também em nome próprio, bens imóveis no território de estrangeiro e,
- d) quando tendo o Estado estrangeiro proposto uma ação judicial, perante o tribunal do Estado territorial, haja reconvenção diretamente ligada à ação principal, conforme o art. 32, 3.

No entanto, a renúncia tácita não é admitida no caso de revelia do Estado estrangeiro, caso venha a ser demandado em um processo através de uma missão diplomática ou repartição consular, uma vez que a renúncia, obrigatoriamente, deverá ser feita de forma expressa, visto que o detentor da imunidade de jurisdição é o ente estatal, e não o agente diplomático ou consular. Tais imunidades são, portanto, de ordem pública.

Conclui-se que, quem pode tomar essa decisão, é o próprio Estado, visto que estará concordando em submeter-se à jurisdição de outro país. Esta lógica nos leva, de novo, ao seguinte raciocínio: por mais que a imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro não esteja

prevista, de forma direta, nas Convenções de Viena, e sim, por meio do direito consuetudinário (*par in parem non habet iudicium*), as imunidades conferidas às pessoas (diplomatas e cônsules), de forma expressa, indiretamente só são concedidas aos agentes para que possam realizar as atividades que desenvolvam em função do Estado a que se vinculem.

Outra questão que é importante tratar diz respeito aos princípios da dupla imunidade e da dupla renúncia, consoante os quais os entes de Direito Internacional Público gozam de imunidade de jurisdição e de imunidade de execução, que são, igualmente, renunciáveis. Assim, o princípio da dupla imunidade precede ao da dupla renúncia, e um exclui o outro, de modo que se o Estado estrangeiro se utiliza da renúncia, não há que se falar em imunidade, sendo o inverso verdadeiro. Isto ocorre porque se faz necessário o ente de direito público externo renunciar à imunidade de jurisdição, relativa à fase de conhecimento e, na fase de execução, realizar uma nova renúncia, ambas de forma expressa.

Havendo a renúncia à imunidade de jurisdição e, não ocorrendo renúncia à imunidade à jurisdição executiva, resultará ineficaz a sentença prolatada, vez que é preciso nova renúncia para que se proceda à efetivação do título judicial.

Conclui-se, portanto, que em uma primeira análise, atribui-se caráter absoluto à imunidade de jurisdição, com exceção da hipótese de renúncia pelos Estados soberanos. No entanto, esse posicionamento vem sendo abrandado, atribuindo-se caráter relativo à imunidade de jurisdição quando se tratar de atuação do Estado estrangeiro em matéria de ordem privada. Notadamente, a contratação de trabalhadores é considerada como ato privado realizado pelo ente de direito público externo, de forma que em eventuais conflitos que ocorram na esfera trabalhista, há que se recorrer à distinção de atos realizados, já que os atos podem ser classificados como de império ou de gestão, o que se passa a esclarecer.

3.3.2 Atos de império e atos de gestão

A segunda forma de restrição à imunidade conferida durante o processo de reconhecimento do Estado estrangeiro é decorrente de uma imposição do Estado acreditado, aquele que recebe a embaixada ou consulado de outro Estado em seu território, e tem por alicerce a natureza dos atos por ele praticados, surgindo, então, os conceitos de atos de império e de gestão.

Atos de império são aqueles atos praticados pelo Estado investido em seu poder de império, isto é, dotados de soberania, como, por exemplo: a) atos legislativos (leis sobre nacionalidade, cidadania, entre outras); b) atos concernentes à atividade diplomática; c) atos relativos às forças armadas terrestres, navais e aéreas do Estado; d) atos da administração

interna dos Estados (como a expulsão de um estrangeiro, extradição de um indivíduo às autoridades estrangeiras, dentre outras) e e) empréstimos públicos contraídos no exterior. Todos, claramente, possuem nítida conotação política, pelo que ao praticar tais atos, o Estado está revestido de imunidade de jurisdição (MAZZUOLI, 2013, p. 541)

Por outro lado, nos atos de gestão, não há a manifestação de soberania, o que não significa dizer que o Estado deixa de ser soberano, mas que os atos por ele praticados são atos que um cidadão particular poderia praticar. O Estado deixa o quadro do Direito Internacional Público, ingressando, imediatamente, no quadro do Direito privado nacional, o qual estabelece relações, tipicamente, contratuais (*jus gestionis*). Desse modo, o Estado, ao firmar um contrato de trabalho, está praticando um ato negocial, de caráter privado, pelo que aceita a aplicação das leis do país do trabalhador contratado.

As consequências para o Estado diante dessa classificação acerca da natureza dos atos são lógicas: se ele não está praticando um ato de império, pode ser responsabilizado por qualquer ingerência feita perante a jurisdição do Estado onde a praticou, não podendo invocar a imunidade de jurisdição. Da mesma forma, ao praticar atos atinentes à sua função estatal, possui proteção, não sendo possível sua submissão à jurisdição de outro Estado, por não lhe ser aplicável o direito interno do Estado acreditado (CAVALCANTI, 2014, p. 13).

Portanto, os atos de império são aqueles praticados pelo Estado sob o regime de prerrogativas públicas e se caracterizam pela sua atuação institucional, razão pela qual não são passíveis de sujeição à apreciação pelo Poder Judiciário de outro Estado. “E os atos de gestão, podem ser submetidos à apreciação pelo Poder Judiciário de outro Estado, porque estes atos estão desvinculados da atuação estatal propriamente dita, razão pela qual não se beneficiam de tal imunidade” (WALLBACH, 2013, p. 3).

Seguramente, a contratação de trabalhadores, residentes no Brasil, é considerado ato de gestão, visto que, o Estado deve ser tratado como se de particular fosse. O costume internacional atual é diverso do costume que se traduz na regra *par in parem non habet iudicium*, pois, o entendimento da grande maioria dos países é no sentido da não-aceitação da imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro em matéria trabalhista, nos casos de ajuizamento de reclamação trabalhista, em que empregados de missões diplomáticas ou de repartições consulares do Estado acreditado buscam ver garantidos os direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A distinção dos atos *iure imperii* e dos atos *iure gestionis* surgiu para diferenciar os atos praticados pelos entes de direito público externo, bem como para justificar a

possibilidade de mitigação da imunidade de jurisdição dos Estados soberanos, no processo de conhecimento. Conforme o disposto:

Com a intensificação do comércio internacional, houve uma ampliação de seus interesses, como decorrência lógica da nova ordem econômica que se formava. O Estado, que restringia suas práticas à administração da coisa pública, passa a intervir em áreas antes reservadas somente ao poder privado. Com isso, diante da necessidade de se regulamentar os atos praticados pelo Estado, cria-se a distinção entre atos de império e atos de gestão, com o fito de resguardar os interesses dos particulares que com ele negociavam. A partir dessa nova orientação, os privilégios e imunidades assumem um caráter restritivo, sendo reconhecidos apenas nos casos em que o Estado mantém o seu poder de império (BELCHIOR; PORTELA, 2013, p. 17).

A separação de tais atos é proveniente do Direito francês e foi, também, desenvolvida por autores italianos (DI PIETRO, 2014, p. 231), assentando-se que:

Essa distinção foi idealizada como meio de abrandar a teoria da irresponsabilidade do monarca por danos causados a terceiros. Passou-se a admitir a responsabilidade civil quando decorrente de atos de gestão e afastá-la nos prejuízos resultantes de atos de império. Alguns autores, para esse fim, distinguem a **pessoa do Rei** (insuscetível de errar – *the king can do no wrong, le roi ne peut mal faire*), que praticaria os atos de império, da **pessoa do Estado**, que praticaria atos de gestão através de seus prepostos.

Os atos de império são aqueles praticados pelo Estado investido de soberania em defesa do interesse público, de forma imediata. Os atos de gestão, por sua vez, são aqueles praticados pelo Estado em condições semelhantes a um particular, como a prática de atos privados ou comerciais.

Faz-se necessário estabelecer distinção entre os atos passíveis de serem praticados pelo Estado, pois surtem diferentes consequências. Quando for praticado um ato de império, não há sua submissão ao Poder Judiciário de outro Estado, por conta do princípio da soberania e da igualdade entre os Estados nas relações internacionais. No entanto, quando o Estado pratica ato de gestão, as consequências são diversas, uma vez que esse ato está em situação de igualdade com aqueles realizados por particulares. Nesse mesmo sentido, preleciona Fonseca (2003, p. 106, grifo nosso):

Se a entidade internacional decidiu contratar um trabalhador brasileiro, quando poderia contar com o serviço de seus nacionais, **submeteu-se e condicionou-se à jurisdição brasileira** para o cumprimento de suas obrigações sociais, nivelando-se, desta forma, a qualquer empregador de nosso País. Ao necessitar admitir alguém para prestar-lhe trabalho na realização de determinada função, não específica de sua missão oficial consular, o Estado estrangeiro ou organismo internacional desceu de seu pedestal, despiu-se do direito de império que o caracteriza como Poder Soberano e foi-se ombrear com os particulares, **aceitando os quadros do**

direito privado nacional e estabelecendo relações jurídicas de caráter tipicamente contratual (*jus gestionis*), sob a égide das leis do País do trabalhador contratado.

No século XIX e em grande parte do século XX, observou-se um crescente número de Estados que deixaram de adotar a doutrina clássica da imunidade de jurisdição absoluta, para adotar uma concepção mais restritiva. E, ainda nos anos 80, houve uma profunda mudança no que diz respeito à posição de quem considerava a imunidade de jurisdição como relativa e a imunidade de execução, absoluta, mudando seu entendimento para a relativização da imunidade de execução.

O fenômeno social que determinou essa mudança jurídica foi a participação intensa do Estado na economia, estabelecendo relações jurídicas de natureza industrial e comercial, portanto, privadas, pois as imunidades atribuídas aos Estados, nesses casos, são fatores de insegurança jurídica, uma vez que estariam atuando além das funções previstas nas Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares, não devendo lhes ser aplicável o regime de privilégios e de imunidades.

Diante deste cenário, sentiu-se a necessidade de distinguir entre as atividades comerciais e as industriais do Estado, realizadas no desempenho das suas atribuições. Em litígios que envolvam matéria de ordem estritamente privada, em que figurem, no polo ativo da relação jurídica, subordinados brasileiros ou com domicílio no território nacional e, no polo passivo, o Estado estrangeiro, cujos objetos sejam questões de natureza privada, como a laboral, que representa a grande maioria dos casos, ou questões mercantis, empresariais ou cíveis, não se revela viável a imunidade jurisdicional absoluta, de tal sorte que, incide a teoria da imunidade de jurisdição relativa ou mitigada.

Este entendimento, que se fundamenta na classificação do ato como de império ou de gestão, encontra-se delineado no plano do Direito Internacional, no âmbito do Direito comparado, bem como na doutrina e na jurisprudência dos Tribunais Superiores – Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça.

De acordo com Mazzuoli (2013, p. 548):

Sem dúvida, a teoria da imunidade à jurisdição estatal, notadamente em matéria trabalhista, vem sendo relativizada com o passar dos tempos. Em 1972, com a conclusão da Convenção Europeia sobre Imunidades do Estado, assinada na Basileia (Suíça) pela Áustria, Bélgica, Alemanha, Luxemburgo, Países Baixos, Suíça e Reino Unido, ficou expressa a regra segundo a qual um Estado contratante “não pode invocara a imunidade a jurisdição em um tribunal de outro Estado contratante, se a ação se relaciona a um contrato de trabalho entre o Estado e um indivíduo, quando o trabalho tiver de ser realizado no território do Estado onde está o tribunal.

A Convenção Europeia sobre Imunidades do Estado, também chamada de Convenção de Basiléia, no plano internacional, foi a primeira a tratar sobre a questão da imunidade de jurisdição dos Estados, pois, não obstante ser uma convenção regional produziu efeitos em escala global, pois influenciou a ONU – Organização das Nações Unidas a criar uma convenção acerca da mesma matéria.

A Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e dos seus bens foi aprovada, tendo sido aberta para assinatura em Nova York no dia 17 de janeiro de 2005. O Brasil ainda não a assinou, nem a ratificou, no entanto, a Convenção exerce grande influência no plano do Direito Internacional. Consta dentre os assuntos elencados:

A parte III da Convenção trata explicitamente dos processos judiciais em que um Estado não pode invocar a imunidade. Serão os que envolverem transações comerciais; contratos de trabalho; danos causados a pessoas e bens; propriedade, posse e utilização de bens; propriedade intelectual e industrial; participação em sociedades ou outras pessoas coletivas; navios de que um Estado é proprietário ou explora; e efeito de um acordo de arbitragem (ANDRADE, 2015, p. 4).

Assim, no que diz respeito à imunidade estatal, no caso de contratação de trabalho, o Estado estrangeiro não pode invocar a imunidade de jurisdição perante o tribunal do Estado a que pertence o empregado. O Brasil não aderiu a Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades dos Estados e seus Bens, todavia, sendo certo que, se o fizesse, traria maior segurança jurídica, de modo que as jurisprudências se uniformizariam quanto à aplicação das hipóteses de abrandamento das imunidades, evitando tratamentos diferenciados em relação a casos semelhantes.

4 IMUNIDADE DE EXECUÇÃO

Ultrapassada a questão da relativização da imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros, surge o problema da imunidade de execução, que consiste na impossibilidade de realização de atos executórios sobre os bens do Estado estrangeiro, o que acaba por impedir a efetividade do que foi decidido, porque os Estados não reconhecem a validade da sentença em seu território e, portanto, não permitem sua execução nele, tornando-se inexecutível.

A imunidade de execução pressupõe a aplicação da teoria relativa da imunidade de jurisdição, pois, caso se decida pela aplicação da teoria absoluta do processo de conhecimento, não haverá fase executiva. Então, se adotada a tese de imunidade de jurisdição relativa, conforme anteriormente elucidado, surge o questionamento acerca da imunidade na fase de execução. Permanece absoluta, ou também, é relativizada pelos mesmos motivos que abrandaram a imunidade de jurisdição?

Diferentemente da imunidade de jurisdição em matéria trabalhista, tratada no capítulo anterior, cujo abrandamento se encontra pacificado, na questão pertinente à imunidade na fase executória não há entendimento uniforme quanto à sua aplicação ou não. Parte da doutrina entende que, se a imunidade de jurisdição é relativizada, também o deve ser a imunidade de execução; no entanto, outra parte da doutrina defende que a imunidade de execução deve permanecer absoluta.

No processo, a imunidade de execução sucede à imunidade de jurisdição, pois o processo de conhecimento antecede ao processo de execução, dado que para que se possa iniciar a fase de execução de um título judicial, é preciso, primeiramente, constituir o título judicial na fase de conhecimento ou cognição.

A inviolabilidade dos bens das missões diplomáticas e das representações consulares, prevista nas Convenções de Viena de 1961 e de 1963, é o fundamento pelo qual é atribuída imunidade de jurisdição executiva aos Estados, configurando um empecilho para a realização de atos de constrição judicial.

As imunidades de jurisdição e de execução constituem categorias autônomas, não obstante o caráter absoluto da imunidade de execução não obste o exercício da jurisdição, nos processos instaurados contra Estado estrangeiros, conforme se depreende do voto do relator, Ministro Celso de Mello, no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário número 222.368-PE (RTJ 184/740), em que foram partes o Consulado Geral do Japão, como agravante e o Espólio de Iracy Ribeiro de Lima, como agravado, o qual foi julgado pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, no dia 30 de abril de 2002 (BRASIL, 2002).

O Consulado Geral do Japão aduziu, em seu recurso, a impossibilidade de cisão da jurisdição em processo de conhecimento e processo de execução, devido ao princípio da efetividade ser inerente à própria atividade jurisdicional, de modo que, se há competência para dizer qual é o direito (processo de conhecimento), deve haver para o impor (processo de execução), pois, na prática, “jurisdição sem efetividade é o mesmo que ausência de jurisdição” (RTJ 184/742) (BRASIL, 2003).

No entanto, o voto do Relator, que foi acompanhado, por unanimidade de votos, pelos integrantes da Segunda Turma do STF, decidiu de forma contrária à posição do agravante, considerando que se mostra irrelevante o possível surgimento, em momento subsequente, de obstáculos jurídicos decorrentes da imunidade de execução, visto que as imunidades de jurisdição e de execução constituem categorias autônomas que coexistem de modo independente, o que significa dizer que, eventual impossibilidade jurídica de efetivação de determinada condenação em sede de processo de conhecimento, não inviabiliza o pleno exercício da atividade jurisdicional no âmbito do processo de conhecimento.

Desta forma, a dificuldade de efetivação prática do título judicial condenatório não se revela suficiente para obstar a instauração, perante tribunais brasileiros, de processos de conhecimento contra Estados estrangeiros, notadamente, quando se tratar de litígio de natureza trabalhista (RE 222368 AgR/PE. Rel. Min: Celso de Mello. Julg.: 30/04/2002) (BRASIL, 2002).

Seguindo o mesmo raciocínio Mazzuoli (2013, p. 552), com apoio em Jean-Flavien Lalive, aduz: “[...] é falsa a ideia de que um julgamento não seguido de execução está destituído de eficácia jurídica”.

Uma das formas que pode ser utilizado para dar eficácia ao título judicial é a boa-fé, que ocorre quando o Estado estrangeiro condenado não cria embaraço à execução, de modo a cumprir a sentença, por sua própria iniciativa, evitando maiores transtornos ao exequente.

No Brasil, as sentenças condenatórias, prolatadas por tribunal brasileiro contra Estado estrangeiro, que poderiam ter sido objeto de execução forçada, têm sido, normalmente, cumpridas amigavelmente (MAZZUOLI, 2013, p. 553), o que demonstra o respeito do estrangeiro ao Direito interno, declarado pelo Judiciário.

Isso também ocorre quando o Estado estrangeiro renuncia à imunidade de execução, o que, repita-se, deve se dar de forma inequívoca, ou seja, sempre de maneira expressa. Ainda que o Estado estrangeiro tenha se submetido, de modo voluntário à jurisdição do país acreditante, a renúncia à imunidade de jurisdição não se estende à fase de execução, a qual tem a inviolabilidade dos bens como fundamento, pelo que nova renúncia deve ser feita, isto

é, o Estado estrangeiro deve renovar a renúncia, desta feita, na fase executória. O consentimento em sofrer medidas executórias, além de declaração escrita e expressa, pode ser dado, também, por meio de um tratado internacional, por acordo de arbitragem ou por meio de um contrato escrito.

Situação diversa ocorre quando a questão da execução da sentença condenatória em processo em que foram partes, o Estado estrangeiro e empregado brasileiro, contratado para trabalhar para a missão diplomática ou repartição consular, passa a ocupar o plano diplomático. Se a pessoa jurídica de direito público externo não pagar espontaneamente ou não renunciar à imunidade, deve-se buscar outra forma de ver o Direito trabalhista efetivado, qual seja, por meio de expedição de carta rogatória encaminhada ao Judiciário do Estado estrangeiro.

No Brasil, a carta rogatória tem a seguinte tramitação: primeiro, o Superior Tribunal de Justiça homologa as sentenças estrangeiras e concede *exequatur* às cartas rogatórias, isto é, uma autorização para que a sentença estrangeira ou o pedido formulado por autoridade estrangeira por carta rogatória sejam cumpridos no Brasil, competência que lhe é hoje, atribuída pelo artigo 105, inciso I, alínea “i”, da Constituição da República, mas que, antes, pertencia ao Supremo Tribunal Federal, tendo sido alterada pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004. Em se tratando dos países do Mercosul, há um Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, o Protocolo de *Las Leñas*, que reconhece a execução de sentenças por meio de carta rogatória (LIMA, 2015, p. 7).

Quando o STF detinha competência para homologar sentenças estrangeiras e para conceder *exequatur* às cartas rogatórias, admitia que tivessem por finalidade os cumprimentos de atos e de diligências sem fins executórios, como citações, inquirições de testemunhas e provas periciais, dentre outras.

Ocorre que, atualmente, o STJ adotou posição doutrinária diversa, inclusive já tendo determinado a expedição de carta rogatória para realizar a cobrança de crédito em execução movida contra Estado estrangeiro, como ocorreu no Agravo de Instrumento nº 230.684-DF (processo nº1999/0019680-5), em que foram partes a embaixada dos Estados Unidos da América e Paulo da Silva Valente, julgado no dia 25 de novembro de 2002 pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, nos termos do voto do relator Ministro Barros Monteiro que, considerou inadmissível proceder-se, desde logo, à penhora dos bens pertencentes ao Estado estrangeiro por conta da imunidade de execução, de modo que determinou a expedição de carta rogatória aos Estados Unidos da América para a cobrança do

crédito (STJ, Ag 230684/DF, 4ª Turma, rel. Min. Barros Monteiro, DJ de 10/03/2003) (BRASIL, 2003).

Com a impossibilidade de constrição de bens indispensáveis para os fins da representação local do Estado estrangeiro, o meio que deve se buscar para dar efetividade ao título judicial condenatório, de acordo com o Ministro do TST, João Oreste Dalazen (2002, p. 16) é “[...] a carta rogatória, acompanhada de gestões diplomáticas. Do contrário, desafortunadamente, a sentença condenatória valerá como mero parecer cultural”.

O óbice de se proceder à execução por meio de vias diplomáticas é a morosidade e a dificuldade imposta ao empregado para conseguir ter seu direito efetivado. Ademais, o empregado está em condição de hipossuficiência na relação jurídica em que, do outro lado, está um Estado estrangeiro. A solução mais viável seria a execução dentro do país de origem do empregado, o qual teve seus direitos trabalhistas reconhecidos por meio da sentença. Pensando nisso, buscou-se outra solução, baseada na afetação dos bens que sirvam à missão diplomática.

De fato, além da hipótese de renúncia à imunidade de execução por parte do Estado estrangeiro, há doutrinadores que defendem que a exceção à imunidade de execução é legítima também quando “[...] existirem bens desse mesmo Estado situados em território nacional que estejam *desafetados*, ou seja, não protegidos pela inviolabilidade das convenções 1961 e 1963” (MAZZUOLI, 2013, p. 550).

Dessa forma, quando o Estado estrangeiro não reconhece a sentença condenatória proferida no processo de conhecimento, a execução forçada somente pode prosseguir sobre bens estranhos à representação diplomática ou consular. Ou seja, a constrição judicial sobre bens do ente de direito público externo é possível, se incidir sobre bens localizados em território nacional, desde que o exequente demonstre que não guardam vinculação com as atividades diplomáticas e/ou consulares.

Diferentemente da imunidade jurisdicional, que aborda aspectos relacionados às pessoas, na imunidade de execução, o aspecto analisado é a existência e a natureza dos bens de propriedade do Estado estrangeiro, ou em posse de seus representantes, situados no território do país onde a execução se efetuará. A análise, nesse segundo momento, é se esses bens estatais são considerados penhoráveis ou impenhoráveis.

Em relação aos valores depositados em conta corrente de embaixada ou consulado do Estado estrangeiro, o entendimento atual do TST, através de acórdão no Recurso de Revista proferido pela 5ª Turma, que teve como relator, o Ministro Guilherme Augusto Bastos, publicado no dia 01/03/2013, determinou que, devido à impossibilidade de distinguir a

natureza dos créditos em conta-corrente, se estão afetos às funções precípua da missão diplomática ou se são destinados a meros atos comerciais, prevalece a imunidade de execução em favor do Estado estrangeiro (RR - 170700-28.2006.5.02.0063 Rel. Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 5ª T., DEJT 01/03/2013) (BRASIL, 2013).

No mesmo sentido foi a decisão da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho, proferida no julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 23900-38.2005.5.10.0000, em que foi relator o Ministro Emmanoel Pereira, julgado no dia 13 de abril de 2010, a qual estabeleceu que, dentre os bens que ficam imunes à execução forçada, estão inclusos os valores creditados em conta corrente de Embaixada de Estado estrangeiro, devido à impossibilidade de se distinguir os créditos de natureza comercial daqueles destinados exclusivamente à manutenção e a administração da própria Embaixada (RXOF e ROMS - 23900-38.2005.5.10.0000 , Relator Ministro: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 13/04/2010, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: 23/04/2010) (BRASIL, 2010).

Em suma, defende-se que a mitigação da imunidade de jurisdição se estenda à execução, nos casos em que o Estado estrangeiro praticar atos de gestão, mais especificamente, no que concerne a este trabalho, nos casos de contratação de empregados brasileiros para trabalhar em missão diplomática ou em repartição consular, pois, nesta hipótese, o Estado pratica ato privado. Da mesma forma, deve ser promovida a execução resultante de um ato de gestão, salvaguardando os bens afetos à missão diplomática, pois, se não houver essa proteção, o Estado estrangeiro fica impossibilitado de realizar suas funções no âmbito do Direito Internacional externo.

A relativização da imunidade executória fundamenta-se na proteção e na efetividade dos direitos conferidos aos trabalhadores, dispostos na CLT, e, ainda, na prevalência dos direitos humanos, consagrados na Constituição da República, bem como em tratados internacionais, de forma que o Estado estrangeiro não pode utilizar-se da imunidade de execução como escudo para descumprir os direitos trabalhistas de seus empregados. Mostra-se como imperativo de justiça, para o resgate do princípio da dignidade da pessoa humana em razão do pagamento de créditos de caráter alimentar, portanto, essenciais às necessidades pessoais do indivíduo e da sua família, a fim de que não lhes falem as condições mínimas para uma sobrevivência digna, bem como, o reconhecimento do valor social do trabalho em que se fundamenta a República Federativa do Brasil (LEVANHAGEN, 2002, p. 14).

4.1 Posição do Supremo Tribunal Federal

Este tópico destina-se a demonstrar a evolução do tratamento, ao longo dos anos, da imunidade de jurisdição e da imunidade de execução dos Estados estrangeiros pelo Supremo Tribunal Federal. As decisões eram no sentido de reconhecer a imunidade absoluta de jurisdição dos Estados estrangeiros, no entanto, em 1989, o STF alterou sua jurisprudência, relativizando a imunidade de jurisdição em matéria trabalhista. Em um primeiro momento, não foi utilizada, de forma direta, a classificação de atos de império e de gestão, contudo, os argumentos foram se aprimorando, conforme será mostrado.

4.1.1 ACi nº 9.696 de 1989

A Apelação Cível nº 9.696 de 1989, conhecida como caso Genny de Oliveira, que tinha, como parte contrária, a Embaixada da República Democrática Alemã, foi considerada um caso emblemático para a transição paradigmática do entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da imunidade de jurisdição relativa dos Estados estrangeiros. A reclamação trabalhista tinha como pleito a anotação, na CTPS do falecido marido de Genny de Oliveira, dos dados relativos ao contrato de trabalho, inclusive quanto às alterações realizadas na vigência do contrato, em especial, quanto ao salário (BRASIL, 1990).

O que chamou atenção foi o voto do Ministro Francisco Rezek, o qual pediu vistas dos autos após o voto do relator Ministro Sydney Sanches. O Ministro Sydney Sanches havia dado provimento à apelação, afastando a imunidade de jurisdição só que com fundamentos diversos dos aduzidos pelo Ministro Francisco Rezek, o que levou o Ministro Sydney Sanches, a alterar sua fundamentação, de modo que após o voto do Ministro Francisco Rezek, os demais Ministros o seguiram.

O Ministro Francisco Rezek (BRASIL, 1990), em seu voto, sustentou que as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Relações Consulares não preveem, de forma escrita, a imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros, mas, apenas a imunidade pessoal ao serviço diplomático e ao consular. De acordo com o Ministro “[...] Ela resulta, entretanto, de uma antiga e sólida regra costumeira do Direito das Gentes” (ACi 9.696-3-SP) (BRASIL, 1990, p. 26).

Aduziu que a regra costumeira do direito internacional público deixaria de existir na década de 70, quando, em 1972, foi celebrada a Convenção europeia sobre imunidade dos Estados, também conhecida como Convenção de Basiléia, que, em seu texto, estabelece:

[...] não opera a imunidade no caso de uma demanda trabalhista ajuizada por súdito local, ou pessoa residente no território local, contra representação diplomática estrangeira (artigo 5); assim como não opera a imunidade no caso de ação indenizatória resultante de descumprimento de contrato comum (artigo 4) (ACi 9.696-3-SP, p. 28) (BRASIL, 1990).

A respeito desse mesmo tema, foram promulgadas, leis por diversos países, Rezek apenas menciona duas delas, que são a dos Estados Unidos da América (*Foreign Sovereign Immunities Act* de 1976), e a do Reino Unido (*State Immunity Act* de 1978). No entanto, existem outras leis, como a da Austrália (*Foreign States Immunities Act* de 1985), Cingapura (*State Immunity Act* de 1979), a da África do Sul (*Foreign States Immunities Act* de 1981), a do Paquistão (*State Immunity Act* de 1981), a do Canadá (*State Immunity Act* de 1982) e a da Argentina (*Ley n° 24.488/95, art. 2°*) (ACO 709-SP, rel. Min. Celso de Mello, j. 26-08-2013) (SÃO PAULO, 2013, p. 5).

A partir da criação dessas leis, que dispõem que a imunidade de jurisdição não é absoluta, pode-se de dizer, com segurança, que não há mais uma regra sólida no direito costumeiro internacional. Desta forma, o único fundamento da imunidade de jurisdição, proveniente do aforismo jurídico *par in parem non habet iudicium*, desapareceu, porque, desde a década de 70, há esse entendimento em vários países. Todavia, somente em 31 de maio de 1989, o Supremo Tribunal Federal alterou a jurisprudência sobre a imunidade de jurisdição relativa.

Em seu voto, o Ministro Francisco Rezek aduziu:

[...] O quadro interno não mudou. O que mudou foi o quadro internacional. O que ruiu foi o nosso único suporte para a afirmação da imunidade numa causa trabalhista contra o Estado estrangeiro, em razão da insubsistência da regra costumeira que se dizia sólida – quando ela o era -, e que assegurava a imunidade em termos absolutos (ACi 9.696-3-SP, p. 30) (BRASIL, 1990).

Cabe referir ao argumento do Ministro Aldir Passarinho, que fundamentou sua decisão na distinção entre atos de império e atos de gestão, praticados no território nacional pelo Estado estrangeiro, tendo concluído que inexistente apoio básico para a exclusão da subordinação dos Estados estrangeiros à jurisdição brasileira em casos de natureza trabalhista, pois são atos de gestão, hipóteses em que há regramento em vários países que estabelecem que as demandas contratuais ficam subordinadas à jurisdição dos países em que se realizou tal contrato. Como exemplo, mencionou as questões trabalhistas e as ações indenizatórias de responsabilidade civil.

Os demais Ministros que participaram da sessão plenária deram provimento à apelação, acompanhando o voto do relator Ministro Sydney Sanches, de modo a afastar a imunidade de jurisdição, todavia, com o fundamento do voto do Ministro Francisco Rezek.

4.1.2 AI 139.671 AgR-DF de 1995

Trata-se do agravo regimental no agravo de instrumento nº 139.671-8-DF, em que foram partes os Estados Unidos da América, como agravante e Paulo da Silva Valente, como agravado, julgado pela 1ª Turma do STF no dia 20 de junho de 1995, com a relatoria do Ministro Celso de Mello.

Os Estados Unidos, inconformados com a decisão proferida pelo STJ, interuseram Recurso Extraordinário, que não reuniu as condições de admissibilidade, eis que o acórdão proferido pelo STJ estava em consonância com a jurisprudência firmada pelo STF, o que os levassem a interpor agravo de instrumento contra o ato decisório proferido pela Presidência do STJ, também negado, interpondo, então, agravo regimental, apreciado pela 1ª Turma do STF.

No voto proferido pelo Ministro Celso de Mello, que foi acompanhado de forma unânime, pela Turma, foi negado provimento ao agravo, citando-se decisão proferida no julgamento da apelação cível 9.696-SP, como precedente.

O Ministro enfatizou que, uma das razões decisivas da nova visão jurisprudencial (teoria da imunidade jurisdicional relativa) decorreu de que, antes, a imunidade de jurisdição era resultante de prática costumeira internacional, todavia, a relativização da imunidade passou a encontrar fundamento jurídico em convenções internacionais (Convenção Europeia de 1972), e até mesmo, na legislação interna dos Estados Unidos (*Foreign Sovereign Immunities Act* de 1976) e na legislação de outros países.

Os Estados Unidos – **parte ora agravante na presente sede recursal** – já repudiaram a teoria clássica da imunidade absoluta nas questões em que o Estado estrangeiro intervém em domínio essencialmente privado. Seja institucionalizando a disciplina normativa desse tema em **lei**, votada pelo próprio Congresso americano em tempos mais recentes (*Foreign Sovereign Immunities Act* de 1976), seja reconhecendo a **necessidade** de evoluir no tratamento jurídico da matéria, o fato irrecusável é que os Estados Unidos da América – **abandonando** a posição dogmática que se refletia na doutrina consagrada por sua Corte Suprema em **Schooner Exchange v. McFaddon** (1812) – fizeram prevalecer, **já no início da década de 1950**, em típica declaração unilateral de caráter diplomático, e com fundamento nas premissas expostas na **Tate Letter** (publicada em **The Department of State Bulletin**, XXVI, nº 678, de 23/6/1952), a conclusão de que “tal imunidade,

em certos tipos de caso, não deverá continuar sendo concedida (AI 139671 AgR, Relator Min. Celso de Mello, Julgado em: 20 /06 /1995, p. 390, destaque do autor) (BRASIL, 1995).

Finalizou seu voto, mantendo o acórdão do STJ, por entender refletir melhor doutrina e ajustar-se à própria jurisprudência do STF sobre a questão da imunidade jurisdicional dos Estados estrangeiros, em matéria de índole estritamente privada, não acolhendo a pretensão do agravante.

4.1.3 RE nº 222.368-AgR-PE de 2002

A decisão do STF ora analisada traz alguns novos argumentos acerca do tema. Trata-se do agravo regimental em Recurso Extraordinário nº 222.368, em que foram partes o Consulado Geral do Japão, como agravante, e o Espólio de Iracy Ribeiro de Lima, como agravado, que foi julgado no dia 30 de abril de 2002 pela 2ª Turma, tendo como relator o Ministro Celso de Mello.

Origina-se de reclamação trabalhista, em que a reclamante, que por 15 anos prestara serviços de lavadeira para o Consulado Geral do Japão, requerendo a anotação da baixa na CTPS, cuja falta prejudicava a reclamante, quando viva, no seu direito de pleitear a sua aposentadoria, bem como o pagamento de férias, aviso prévio e 13º salário.

A tese utilizada pelo agravante foi a de que não há possibilidade de dividir a jurisdição em processo de conhecimento e em processo de execução ante o princípio da efetividade (juiz é incompetente para proferir sentença que não poderá executar), uma vez o entendimento é que a imunidade de execução, “[...] continua, quanto a ela [...] entendê-la como sendo prerrogativa institucional de caráter mais abrangente” (Re nº 222.368-AgR, de 2002, p. 347), sendo abrandada, apenas, a imunidade de jurisdição e, que os Estados estrangeiros que relativizaram a imunidade jurisdição, fizeram-no com base em leis internas, sendo que o ordenamento jurídico brasileiro não possui uma norma interna que disponha sobre a imunidade de jurisdição relativa, tal como ocorre em alguns países (BRASIL, 2002).

Em seu voto, o Ministro Celso de Mello confirmou que a imunidade de execução é prerrogativa de caráter mais abrangente, ressalvadas as hipóteses de renúncia e de existência de bens do Estado estrangeiro desvinculados das finalidades essenciais às atividades diplomáticas e consulares. No entanto, esta não era a hipótese do processo, vez que ainda não fora formado um título judicial condenatório definitivo, pois se encontrava na fase de conhecimento.

Ademais, considerou irrelevante que, eventual impossibilidade jurídica de executar o título judicial, fosse motivo para não reconhecer a imunidade de jurisdição, pois aduziu que, imunidade de jurisdição e imunidade de execução são categorias autônomas. Seguindo a mesma linha de raciocínio, afirmou que, eventual renúncia à imunidade de jurisdição, não importaria, em renúncia à imunidade de execução, pelo que nova renúncia deveria ser feita, que são independentes.

De acordo com o Ministro relator:

[...] privilégios diplomáticos não podem ser invocados, em processos trabalhistas, para coonestar o enriquecimento sem causa de Estados estrangeiros, em injusto detrimento de trabalhadores residentes no Brasil, sob pena dessa prática consagrar inaceitável desvio ético-jurídico, incompatível com o princípio da boa-fé e com os grandes postulados do direito internacional (Re nº 222.368-AgR, de 2002, p. 366-367) (BRASIL, 2002).

Quanto à tese de que a ausência de normas internas no Brasil não permitiria que fosse atribuído caráter relativo à imunidade de jurisdição, o Ministro Celso de Mello sustentou que a existência de sistemas normativos de outros países a respeito desse tema fez com que o Supremo Tribunal Federal alterasse seu entendimento, para reconhecer que atos de gestão não estão imunes à jurisdição, o que não só reflete orientação jurisprudencial, como está em harmonia com as práticas internacionais de outros países e em conformidade com a doutrina.

4.2 Posição do Tribunal Superior do Trabalho

Objetiva-se mostrar o posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho acerca da imunidade de jurisdição e de execução dos Estados estrangeiros, nesse diapasão, serão analisados os argumentos utilizados pelos Ministros do TST que conferem caráter relativo às imunidades.

4.2.1 AIRR proc. nº 130500-78.2006.5.02.0030

Trata-se de agravo de instrumento em face de decisão que denegou seguimento ao recurso de revista, em que são partes Josias Ferreira da Costa, como agravante e Consulado Geral de Portugal em São Paulo, como agravado, julgado pela Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que teve como relator o Ministro Douglas Alencar Rodrigues, julgado no dia 4 de março de 2015.

Foi negado seguimento ao recurso de revista pelo fato de que, na fase de execução, só é cabível na hipótese de ofensa direta e literal da Constituição Federal; no entanto, foi entendido que somente existiria eventual ofensa constitucional, por via oblíqua ou reflexa, não tendo sido vislumbrado a ofensa aos artigos 5º, inciso XXXVI e 114, inciso I, da Constituição da República.

O agravante ponderou que a competência atribuída à Justiça do Trabalho para julgar ações oriundas da relação de trabalho que envolva ente de direito público externo, estende-se à etapa executiva e que, declarada a responsabilidade subsidiária do Consulado de Portugal, o impedimento ao prosseguimento da execução constitui ofensa ao artigo 5º, XXXVI da Constituição da República “XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

O acórdão, que negou provimento ao agravo de petição interposto contra decisão de primeiro grau, considerou ser inviável a prática de atos de constrição ao patrimônio estrangeiro, somente podendo ocorrer no caso de renúncia do Estado acreditante. De fato, é inviável o deferimento de diligência por meio do *Bacen-Jud*, conforme o entendimento do TST, uma vez que não possível distinguir quais créditos são pertencentes as atividades *jus imperii*, portanto, todos os ativos financeiros do Estado estrangeiro são protegidos pela inviolabilidade prevista nas Convenções de Viena de 1961 e de 1963. No entanto, ao negar provimento, deixou assente a possibilidade de que “[...] sejam encontrados bens do Estado estrangeiro que não estejam afetos à missão diplomática e consular, a Corte a quo acaba por infirmar a eficácia da decisão passada em julgado” (RR: 1305007820065020030) (BRASIL, 2015, p. 8).

Foi dado provimento ao agravo de instrumento, determinando que o Recurso de Revista fosse submetido a julgamento, por entender existente possível violação ao artigo 5º, XXXVI da Constituição da República. A fundamentação consistiu no fato de que, em sede de execução, não mais subsiste a rigidez que não permitia a expropriação de bens dos entes de direito público externo em toda e qualquer circunstância. Cita a decisão do Ministro Celso de Mello, no RE 222.368-AgR, acerca das exceções à imunidade de execução. Foi mencionado, ainda, no julgamento do processo, a doutrina de Francisco Rezek (1998, p. 176-177), que estabelece:

A execução forçada da eventual sentença condenatória, entretanto, só é possível na medida em que o Estado estrangeiro tenha, no âmbito espacial da nossa jurisdição, bens estranhos à sua própria representação diplomática ou consular - visto que estes se encontram protegidos contra a penhora ou medida congênere pela inviolabilidade que lhes asseguram as Convenções de

Viena de 1961 e 1963, estas seguramente não derogadas por qualquer norma ulterior (RE 222.368-AgR/PE, p. 18).

De acordo com o Ministro relator Douglas Alencar Rodrigues, não há, no direito internacional, norma consuetudinária, nem norma escrita que estabeleça o caráter absoluto da imunidade de execução dos Estados estrangeiros.

Contudo, reconheceu que, essa relativização da imunidade de execução atribuída aos Estados estrangeiros, sofre uma limitação, vez que não são todos e quaisquer bens, pertencentes ao ente de direito público externo, que estejam em território local, que podem ser objeto de penhora para a garantia dos créditos trabalhistas, reconhecidos em título judicial transitado em julgado. Os bens diplomáticos ou consulares, reputados invioláveis pelas Convenções de Viena de 1961 e de 1963 não podem sofrer atos de constrição, isto porque eles servem para atender à finalidade da missão diplomática ou repartição consular. Desta forma, bens que não estejam afetados à missão diplomática ou consular, podem ser penhorados.

Acordaram os Ministros da Sétima Turma do TST, de forma unânime, em conhecer do agravo de instrumento e do recurso de revista por violação ao artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República e, no mérito, deram-lhe provimento para continuar a execução contra o Estado estrangeiro, podendo eventual constrição judicial recair, apenas, sobre bens que não estejam afetados à missão diplomática ou consular (RR: 1305007820065020030) (BRASIL, 2015, p. 18).

4.2.2 ROMS 16100-56.2005.5.10.0000

O Reino da Espanha impetrou mandado de segurança preventivo com pedido de liminar, contra ato a ser praticado pelo juiz do trabalho substituto da 18ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, em sede de execução definitiva, diante de ameaça de bloqueio na conta corrente.

A liminar foi deferida pelo TRT da 10ª Região, para determinar a suspensão da execução até o julgamento do mandado de segurança.

Ao ser julgado o mandado de segurança pelo TRT da 10ª Região, a ordem foi concedida, parcialmente, reconhecendo Corte a imunidade executória relativa, com a finalidade de que não fosse realizado qualquer ato construtivo sobre os bens utilizados na representação diplomática do Reino da Espanha (BRASIL, 2007).

Inconformado com a decisão, o Reino da Espanha interpôs recurso ordinário, com pedido de efeito suspensivo, sustentando que a imunidade de execução não comporta exceção, estendendo-se à sua conta-corrente e aos demais bens não afetos à referida representação diplomática, uma vez que se tratam de bens públicos pertencentes à Espanha.

O presente recurso versou, além da imunidade absoluta ou relativa da execução, sobre a respectiva forma de execução, pois o impetrante sustentava que deveria de dar mediante o envio de carta precatória (via execução direta), observados os requisitos da Portaria 26/90 do Departamento Consular e Jurídico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a fim de receber o *Exequatur* da Suprema Corte da Espanha, nos moldes do disposto na Constituição da República do Brasil (art. 105, I, “i”).

O recurso ordinário em mandado de segurança foi, parcialmente, provido. O pedido de imunidade de execução foi julgado de forma relativa, para ratificar a liminar deferida quanto ao imediato desbloqueio da conta corrente do impetrante, em face da impossibilidade de se distinguir os créditos de natureza comercial, cultural, educacional, de importação, dentre outras, daqueles destinados à manutenção exclusiva da administração da embaixada (TST-ROMS-161/2005-000-10-00.1, p. 16), mas se determinou que a execução prosseguisse quanto aos bens não afetos à missão diplomáticas. O Ministro Ives Gandra Martins Filho considerou, em face dos precedentes do TST, não haver que se falar em ofensa aos princípios da reciprocidade, soberania e inviolabilidade, como alegado pelo Impetrante. Em relação ao pedido da forma de prosseguimento da execução, foi determinado ao juízo da execução que a penhora se fizesse via execução direta (via carta rogatória), e que recaísse sobre bens não afetos à representação diplomática, conforme o disposto no artigo 3º da Convenção de Viena (BRASIL, 2007).

4.2.3 ROMS 1258500-04.2008.5.02.0000

Trata-se de mandado de segurança em recurso ordinário em que são partes o Consulado Geral da Índia, como recorrente e Luiz Nadas e autoridade coatora Juiz titular da 74ª Vara do Trabalho de São Paulo, como recorridos, julgado no dia 5 de abril de 2011 pela Subseção Especializada em Dissídios Individuais do TST, de forma unânime, que teve como relator o Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira (BRASIL, 2011).

Sustentou o recorrente que seria imune à jurisdição trabalhista brasileira, quanto à execução contra seu patrimônio. Em seu voto, o Ministro relator sustentou que o fato do Brasil ser signatário da Convenção de Viena não faz prevalecer a tese do impetrante quanto à imunidade de execução, utilizando-se dos fundamentos da Desembargadora Federal do Trabalho, Dra. Sônia Gindro, nos autos do processo TRT/SP SDI-IV NO: 11700200800002004, que envolvia o Consulado do Japão, em situação similar, a saber:

A soberania do Estado estrangeiro, condição efetivamente assinalada na Convenção de Viena da qual o Brasil é um dos signatários, tem por finalidade assegurar o desenvolvimento das funções consultares, na eficaz representação dos Estados respectivos, jamais podendo, em nome dessa Convenção, o acreditante deixar de cumprir a legislação a qual se submeteu *sponte propria*, mormente quanto a contrato celebrado no Brasil com empregado nacional. Trata-se de empregador comum que, em última análise, renunciou à imunidade de execução, sujeitando-se à expropriação judicial como meio forçado de transferência de propriedade (TST-ROMS 1258500-04.2008.5.02.0000) (BRASIL, 2011, p. 5).

Adiante, estabeleceu diferenças entre os atos de império dos atos de gestão, esclarecendo que os atos de império têm imunidade absoluta, enquanto que nos de gestão, no qual está inserido o contrato de trabalho firmado entre o empregado e o Consulado Geral da Índia, a imunidade de jurisdição e de execução é meramente relativa, pois não guarda relação com a sua atividade de império. Ao invés de respeito à soberania, ao impor privilégio ao Estado estrangeiro contratante, estaria colocando o empregado contratado na condição de escravo, em face da ausência de garantia quanto à percepção de salários e demais consectários atinentes ao pacto laboral. Concluiu que seria o mesmo que coonestar o enriquecimento sem causa de Estados estrangeiros, em detrimento de trabalhadores residentes em território brasileiro, em patente desvio ético-jurídico, incompatível com os princípios que regem o Direito Internacional, como a cooperação e a boa-fé (TST-ROMS 1258500-04.2008.5.02.0000) (BRASIL, 2011, p. 5).

De acordo com o relator, a sentença transitada em julgado afastou a imunidade de jurisdição, de modo que, se fosse acolhida a pretensão de imunidade de execução, implicaria em desprestígio ao sistema jurídico pátrio, que se veria impossibilitado de executar suas próprias decisões.

A seguir, aduziu que as Convenções de Viena, em nenhum momento, mencionam imunidade de jurisdição e de execução do Estado acreditante, apenas, estabelecendo a inviolabilidade dos bens da missão, de modo que gozam de imunidade de execução os bens afetados à representação diplomática, pelo que a segurança do presente recurso ordinário em mandado de segurança foi provida de forma parcial.

4.3 Imunidade de execução como obstáculo à efetividade dos direitos: alternativas para a sua garantia

O valor social do trabalho é princípio fundamental previsto na Constituição da República em seu artigo 1º, inciso IV, bem como o é a dignidade da pessoa humana, prevista

no inciso III do mesmo artigo, e estão intrinsicamente ligados, por ser o trabalho imprescindível à promoção da dignidade da pessoa humana.

Os direitos fundamentais estão previstos no artigo 5º da Constituição da República.

Ao não se garantir a efetividade de um direito fundamental por meio da execução de uma sentença, há uma verdadeira negação aos princípios basilares do Estado Democrático de Direito, pois é preciso que o judiciário concretize e dê efetividade às normas e aos princípios dela constantes insculpidos, de modo que:

[...] o acesso à justiça, por si só, não garante a concretização da norma material no mundo fático: o cumprimento da decisão prolatada é essencial para a efetivação dos direitos, especialmente aqueles considerados fundamentais e protegidos no âmbito das Constituições e dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos (ALACOQUE, 2014, p. 5).

O que difere os direitos humanos dos direitos fundamentais é o plano em que estão consagrados. Os direitos humanos estão positivados no plano internacional por meio de documentos de direito internacional, como os tratados, que aspiram à validade universal e têm caráter supranacional. Os direitos fundamentais estão positivados na esfera do direito constitucional positivo de um Estado, no caso, do Estado brasileiro, encontrando-se previstos na Constituição da República. No entanto, apesar de positivados em planos distintos, destinam-se à proteção da pessoa humana.

Sob o prisma do artigo 5º, §2º da Constituição Federal, o princípio da dignidade da pessoa humana é um excelente critério para identificar os direitos fundamentais, uma vez que:

“§ 2º. Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (BRASIL, 1988).

A efetividade dos direitos assegura, além do acesso à justiça, que será conhecido e apreciado o conflito pelo Judiciário na fase de cognição, de modo que a formação do título executivo judicial deve estar em conjunto com os meios executivos, isto, é, com os atos de constrição no patrimônio do executado, para que então se concretize o direito material.

Por assim ser, a invocação da imunidade de execução obsta a efetividade de direitos fundamentais, uma vez que não impossibilita a aplicação da norma, no caso concreto, de modo que a satisfação da pretensão do exequente não será atendida. No caso específico, tratado nesse estudo, que é o de obrigações advindas da relação de trabalho, a parcela salarial possui natureza jurídica de caráter alimentar, devendo garantir ao trabalhador a subsistência e

uma vida digna, razão pelo qual o salário é tão importante e é reconhecido como direito fundamental.

A imunidade de execução, segundo o STF e o TST, é considerada uma prerrogativa de caráter mais abrangente, ressalvadas, as hipóteses de renúncia e de existência de bens do Estado estrangeiro desvinculados das finalidades essenciais às atividades diplomáticas e consulares. Mas, caso inexistam bens penhoráveis em território brasileiro, ou seja, se todos os bens do Estado estrangeiro que se localizam em solo nacional estiverem afetos à representação diplomática, a sentença somente poderá ser cumprida através de dois caminhos normalmente propostos: de forma amistosa, como no caso de um acordo, em que o Ministério das Relações Exteriores intercede e convence o Estado estrangeiro a ter boa vontade, ou pela via diplomática, com o pedido de cobrança no Estado de envio da missão devedora. De qualquer forma, nenhuma das duas opções se reveste de coercibilidade, uma vez que não são jurisdicionais, não envolvendo o magistrado responsável pela execução.

Há uma corrente doutrinária que defende que a União deva ser responsabilizada pelo débito judicial do Estado estrangeiro, assentando-se na teoria do risco (administrativo ou integral) ou na teoria do risco social previsto no artigo 37, § 6º, da CRF/88, o qual dispõe:

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa (BRASIL, 1988).

De acordo com Torres (2012, p. 105), se a formalização de tratado pelo Brasil causar prejuízos a particulares nacionais, enseja a responsabilização subsidiária da União, com base na teoria do risco administrativo, com previsão expressa na Constituição da República, destacando-se ser indispensável que a União tenha sido citada como litisconsorte no processo de conhecimento, sendo insuficiente o seu chamamento, apenas, na fase executiva.

No entanto, há quem defenda que a União deva ser responsabilizada nesses casos, pois ela não pode ser considerada uma seguradora universal, que tal fato não se enquadra na teoria do risco, e que:

[...] o dano eventualmente suportado pelo empregado contratado por Estado estrangeiro, através de sua embaixada ou consulado, não é maior do que o suportado por qualquer outro empregado que, em solo nacional, também não consegue obter êxito em seu processo de execução trabalhista, por inexistir bens penhoráveis de seu antigo empregador (pessoa jurídica de direito privado ou pessoa natural), o que, diga-se de passagem, é muito comum no foro trabalhista (MOSER, 2008, p. 18).

Deve-se achar uma alternativa para a efetivação dos direitos fundamentais dos empregados brasileiros, que obstada pela imunidade de execução conferida aos Estados estrangeiros. O ideal seria que o Estado estrangeiro não criasse empecilho e pagasse, espontaneamente, o crédito trabalhista; no entanto, quando isso não ocorre, precisa-se pensar em como resolver esse problema.

Com base nas jurisprudências dos tribunais superiores (STF e TST), admite-se a relativização da imunidade de execução, no entanto, é restrita aos bens não afetos à missão diplomática ou repartição consular, com o trânsito em julgado, devem prosseguir os atos de constrição no patrimônio do devedor. Ressalta-se que não é possível realizar atos de penhora na conta-corrente do Estado estrangeiro, uma vez que não há como distinguir a natureza dos créditos depositados, se afetos às funções da missão diplomática ou se são destinados a meros atos comerciais; diante dessa impossibilidade, prevalece a imunidade de execução em favor do Estado estrangeiro quanto aos valores existentes em conta.

Contudo, pode ocorrer de o Estado estrangeiro não possuir nenhum bem penhorável ou de os bens serem insuficiente para saldar a dívida trabalhista, caso em que se deve prosseguir com a expedição da carta rogatória ao país estrangeiro, o que não significa uma quebra de imunidade diplomática. A expedição de carta rogatória, entretanto, é um procedimento burocrático que demora excessivamente, o que traz prejuízos ao credor. Faz-se necessário criar um mecanismo de cooperação jurídica internacional, em face da necessidade de se realizarem atos que se encontram fora dos limites territoriais do Estado acreditado e fora das competências dos magistrados, além de gerar rapidez ao processo, pois os países, através de um acordo de cooperação e assistência jurisdicional, estariam mais integrados e não restariam dúvidas quanto à forma de realizar o cumprimento da carta precatória.

O acordo poderia se dar nos moldes do Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, que determina que a execução de sentença pode ser feita por meio de carta rogatória, bem como determina o seu trâmite. Um acordo dessa mesma natureza, em plano internacional, envolvendo todos os países seria uma alternativa para solucionar esse embate.

Caso o Estado nacional entenda que não deve enviar a carta rogatória ao Estado estrangeiro, por conta do princípio da soberania e da imunidade absoluta dos Estados soberanos, a União deveria ser responsabilizada pelo pagamento do crédito trabalhista, não podendo o empregado sofrer o ônus de ter uma sentença em seu favor não passível de execução.

O empregado deve receber o que lhe é devido por direito, pois isso é imperativo de justiça, para o resgate da dignidade da pessoa humana e o reconhecimento do valor social do trabalho que fundamenta a República Federativa do Brasil.

5 CONCLUSÃO

A imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros não está prevista nas Convenções de Viena Sobre Relações Diplomáticas de 1961 e Sobre Relações Consulares de 1963, que somente atribuem imunidade aos agentes diplomáticos e aos agentes consulares, buscando assegurar o eficaz desempenho de suas funções em nome de seus respectivos Estados.

A imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros deriva da regra de direito consuetudinário internacional, firmado no princípio *par in parem non habet iudicium*, que significa que entre pares, isto é, entre os Estados soberanos, não pode haver jurisdição, de modo que um Estado não pode ser submetido ao direito interno de outro Estado.

Ocorre que, com o passar dos anos, o costume jurídico até então consolidado no plano internacional passou a ser abrandado, de modo, que a imunidade de jurisdição passou a ser relativizada em alguns casos, em virtude da participação mais intensa dos Estados na economia, estabelecendo relações jurídicas de natureza industrial e comercial, além das atividades relacionadas à soberania, atingindo o campo privado, negociando, inclusive, diretamente com particulares, em especial, na contratação de empregados para a prestação de serviços de seus interesses.

A doutrina passou a utilizar uma classificação para diferenciar os atos praticados pelo ente de direito público externo, distinguindo entre atos de império e atos de gestão. Atos de império são aqueles atos praticados pelo Estado investido em seu poder de império, isto é, dotados de soberania, razão pela qual estes atos não são passíveis de sujeição à apreciação pelo poder Judiciário de outro Estado. Já os Atos de gestão estão desvinculados da atuação estatal propriamente dita, razão pela qual podem ser submetidos à jurisdição de outro Estado porque os atos se assemelham aos praticados por particulares, quando o Estado estrangeiro contrata um empregado brasileiro para trabalhar nas missões e repartições, é considerado como ato de gestão.

A respeito da imunidade de jurisdição relativa foram criadas várias leis na década de 70, em países como os Estados Unidos e o Reino Unido, dentre outros, que dispõem que a imunidade de jurisdição não é mais absoluta, podendo-se afirmar, com segurança, que não há mais uma regra sólida no direito costumeiro internacional a esse respeito, de modo que, o único fundamento da imunidade de jurisdição, proveniente do aforismo jurídico “*par in parem non habet iudicium*”, desapareceu.

No Brasil, somente em 1989, o STF alterou seu entendimento a respeito do tema da imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros, no julgamento da Apelação Cível 9.696, conhecida como caso Genny de Oliveira, que teve como parte contrária a Embaixada da República Democrática Alemã, de modo que posteriores reclamações trabalhistas foram julgadas no mesmo sentido qual seja, o de atribuir caráter relativo à imunidade de jurisdição quando o Estado pratica um ato que se assemelhe ao de um particular, tal como a contratação de empregados.

A inviolabilidade dos bens das missões diplomáticas e das representações consulares, previstas nas Convenções de Viena de 1961 e de 1963, é o fundamento pelo qual é atribuída imunidade de jurisdição executiva aos Estados, configurando um empecilho para a realização de atos de constrição judicial. A imunidade de execução absoluta consiste na impossibilidade de realização de atos executórios sobre os bens do Estado estrangeiro, de modo a impedir a efetivação do direito reconhecido ao empregado.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior do Trabalho, no caso de contratação de empregado, entendem que a imunidade de execução do Estado estrangeiro, foi relativizada pela prerrogativa de caráter mais abrangente, ressalvadas, as hipóteses de renúncia e, pela existência de bens do Estado estrangeiro, desvinculados das finalidades essenciais às atividades diplomáticas e consulares, que não guardam vinculação com a atividade diplomática.

A relativização da imunidade de execução não é pacífica na doutrina, pois há doutrinadores que defendem que não deve recair a penhora sobre bens pertencentes ao Estado acreditante, de forma que a imunidade na fase executória seria absoluta.

Caso entenda-se que a imunidade na fase de execução seja absoluta, e o Estado estrangeiro não possuir nenhum bem não afeto à missão diplomática ou os bens serem insuficiente para saldar a dívida trabalhista, deve-se prosseguir com a expedição da carta rogatória ao país estrangeiro.

No entanto, a expedição de carta rogatória é um processo demorado e a prestação jurisdicional, além de ser efetiva, deve se dar em um tempo razoável.

Uma forma de acelerar os procedimentos da carta rogatória seria com o estabelecimento de um acordo de cooperação jurídica internacional, em que os países signatários estabelecessem procedimentos mais rápidos e menos burocráticos, não só para a carta rogatória, mas pra diligências, citações e a obtenção de provas, dentre outras, igual como já ocorre entre os países do Mercosul, mais a Bolívia e o Chile.

REFERÊNCIAS

ALACOQUE, Lucas Scarpelli de Carvalho; ALVES, Thiago Barbosa de Oliveira. Imunidade de execução dos Estados estrangeiros. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3996, 10 jun. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/29344>>. Acesso em: 23 de jan. de 2019.

ANDRADE, Jonathan Percivalle de. Principais aspectos da Convenção das Nações Unidas sobre as Imunidades Jurisdicionais dos Estados e dos seus Bens de 2004. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4222, 22 jan. 2015. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/32072>>. Acesso em: 23 de jan. de 2019.

ARIOSI, Mariangela de F. As relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno. **Revista Jurídica Virtual**, Brasília, v. 6, n. 63, Ago/Ago 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/Artigos/Art_Mariangela.htm>. Acesso em: 12 de jan. de 2019.

BELCHIOR, Germana Parente Neiva; PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Imunidade de jurisdição e de execução dos estados estrangeiros em matéria trabalhista**. 2013, <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/germana_parente_neiva_belchior.pdf>. Acesso em: 23 de jan. de 2019.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo na história do pensamento político**. Trad. De Sérgio Bath. 10. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980. 178p. (Coleção Pensamento Político, 17)

BRASIL. **Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965**. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Brasília: DOU, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D56435.htm>. Acesso em: 23 de jan. de 2019.

_____. **Decreto nº 61.078, de 26 de julho de 1967**. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares. Brasília: DOU, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D61078.htm>. Acesso em: 24 de jan. de 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **STJ. Ag 230.684/DF. 4ª T.**, rel. Min. Barros Monteiro, j. 25-11-2002, DJe de 10-3-2003.

_____. Supremo Tribunal Federal. **STF. ACi Nº 9696-SP**, Tribunal Pleno, Relator(a): Min. Sydney Sanches, julgado em 31 /05/1989, DJ 12/10/1990. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25118>>. Acesso em: 15 de jan. de 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. RT Legislação.

_____. Supremo Tribunal Federal. **AI 139671-DF** AgR. Relator(a): Min. Celso De Mello, Primeira Turma, julgado em 20/06/1995, DJ 29/03/1996. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=275004>>. Acesso em: 23 de jan. de 2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Imunidade de jurisdição**. Ausência. Reclamação trabalhista. Estado estrangeiro e empregado brasileiro. RE 222.368-AgR RTJ 184/740. 2003, <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=331821>> Acesso em: 23 de jan. de 2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. **2368 AgR**, Relator(a): Min. Celso De Mello, Segunda Turma, julgado em 30/04/2002, DJ 14/02/2003.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **TST. ROMS 1258500-04.2008.5.02.0000, SDI-II**. Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira. Julgado dia 5-04-2011. DJET 19-04-2011. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8825364/12585200800002005-sp/inteiro-teor-13913313>>. Acesso em: 10 de jan. de 2019.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **TST. RXOF E ROMS 23900-38.2005.5.10.0000, SDI-II**. Rel. Ministro Emmanoel Pereira, J. 13-04-2010, DEJT 23-04-2010.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Subseção Especializada em Dissídios Individuais 2. **Acórdão do processo Nº AG-ROMS - 16100-56.2005.5.10.0000**. Rel. Ministro Ives Gandra Martins Filho. 2007, Disponível em: <<urn:lex:br:tribunal.superior.trabalho;subsecao.especializada.dissidios.individuais.2:acordao;roms:2007-02-27;16100-2005-0-10-0>>. Acesso em: 01 de jan. de 2019..

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **RR 1305007820065020030**, Relator: Min. Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 04-03-2015, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13-03-2015. Disponível em: <<http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/173931781/recurso-de-revista-rr-1305007820065020030/inteiro-teor-173931801>>. Acesso em: 02 de jan. de 2019.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **TST. RR 170700-28.2006.5.02.0063**. 5ª T., Rel. Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 01/03/2013.

BUENO, Cássio Scarpinella, **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 605 p. ; v. 1.

CAVALCANTI, Leonardo Almeida. Imunidade de jurisdição e as ações trabalhistas contra Estados estrangeiros. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3953, 28 abr. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/27827>>. Acesso em: 20 jan. de 2019.

CRIPPA, Stefania Dib. **Os princípios constitucionais das relações internacionais**: Estado, direitos humanos e ordem internacional, 2011, 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdades Integradas do Brasil – UNIBRASIL, Curitiba, 2011.

DALAZEN, João Oreste. A Justiça do Trabalho no Brasil e a soberania do Estado estrangeiro. **Revista Consulex**, ano VI, n.126, abr. 2002, p.15-16.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil IV**. 4 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2019.

FONSECA, Vicente José Malheiros. A imunidade de jurisdição e as ações trabalhistas. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 69, ano 1, p. 106 - 107, jan a jun. 2003.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Imunidade de jurisdição trabalhista dos entes de direito internacional público**. São Paulo: LTr, 1986.

LEVANHAGEN, Antônio José de Barros. Imunidade Jurisdicional Relativa. **Revista Consulex**, ano VI, n.126, abr. 2002, p.13-14.

LIMA, Lucas Cavalcante de. Protocolo de Las Leñas: as cartas rogatórias no Mercosul à luz da jurisprudência do STF. **Revista Jus Navigandi**, jan/2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6891.htm>. Acesso em: 08 fev. 2019.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 7. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MOSER, Claudinei. Imunidade de Jurisdição do Estado estrangeiro: a questão da (ir)responsabilidade da União pelo pagamento do débito judicial trabalhista. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 52, abr 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/%3C?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2678&revista_caderno=16>. Acesso em: 05 de fev. 2019.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1998.

TORRES, Eneas Bazzo. A imunidade de jurisdição do estado estrangeiro e o problema da execução. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**. Brasília, 78, 01, p. 78-108, jan./mar. 2012.

WALLBACH, Maria Teresa. A imunidade de jurisdição e de execução no âmbito do contrato de trabalho. **Revista Científica Intraciência**. Ed. 6/junho de 2013. <<http://www.faculdadedoguaruja.edu.br/revista/downloads/edicao62013/artigo01AImunidadeJurisdicao.pdf>>. Acesso em: 11 de fev. de 2019.